



**ATA N.º 46/XII-3º/2019-20**

1 - Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas 21H15, na Sala de Cinema da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, sita na Rua Capitão Leitão, nº 64, em Almada, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Composição do Júri para o Procedimento Concursal subsequente – recrutamento Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças”;

3.2 – Resposta do Município à pandemia – ponto de situação e perspetivas;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas. Medidas de apoio à Economia Local”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medidas de apoio de carácter social dos SMAS de Almada na sequência da pandemia de COVID-19”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revogação do Plano Municipal de Emergência Social”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal Almada Solidária 2020-2021”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente informou que pediram a substituição ao/as Senhores/as Deputados/as Municipais Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Daniel Pedro Sobral (CDU) e Augusto António Proença (PSD).

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Mara Rita Silva Martins (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José Sousa Pedrosa e Andreia Sofia Fernandes Egas, António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de José Augusto Tavares Oliveira e Joana Tavares Reis Raposo e Sónia Raquel Mota Faria (PSD).

JK



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**4.3.2** - A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica Brito (CDU).

**4.3.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

**4.4** - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do senhor Vereador Tiago Galveia em substituição do Senhor Vereador José Gonçalves e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

**4.5** – O Senhor Presidente deu informação à Assembleia, relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal:

**4.5.1** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre edifícios e imóveis municipais e do Estado no concelho de Almada potenciadores de libertação de amianto, enviado para a Câmara Municipal em 4/12/2019, foi respondido em 7/04/2020;

**4.5.2** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre periodicidade e zonas de limpeza, higienização e desinfeção, enviado para a Câmara Municipal em 8/5/2020, ainda não foi respondido;

**4.5.3** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre plano municipal de ajuda e recuperação da atividade económica local, enviado para a Câmara Municipal em 12/5/2020, ainda não foi respondido;

**4.5.4** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre saída da GNR do Castelo de Almada e a reabilitação do imóvel de interesse histórico para a cidade pelo programa REVIVE, enviado para a Câmara Municipal em 14/5/2020, ainda não foi respondido;

**4.5.5** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre Julgados de Paz em Almada, enviado para a Câmara Municipal em 18/5/2020, ainda não foi respondido;

**4.5.6** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal em 4/6/2020, ainda não foi respondido;

**4.5.7** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre esclarecimentos acerca das diligências efetuadas sobre a denúncia de maus tratos e negligência a animais de companhia num canil ilegal em Santo António da Caparica, enviado para a Câmara Municipal em 4/5/2020, foi respondido em 5/6/2020;

**4.5.8** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre morte de aves após poda negligente de palmeiras, enviado para a Câmara Municipal em 29/5/2020, ainda não foi respondido;

**4.6** – Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as atas n.ºs 42/XII-3.º/2019-20, 43/XII-3.º/2019-20, 44/XII-3.º/2019-20 e 45/XII-3.º/2019-20 da sessão ordinária de fevereiro de 2020, para aprovação pela Assembleia Municipal.

**4.6.1**- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 42/XII-3.º/2019-20, 43/XII-3.º/2019-20, 44/XII-3.º/2019-20 e 45/XII-3.º/2019-20 e ratificadas as respetivas minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, tendo votado os Senhores Deputados Municipais presentes nas respetivas reuniões.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usou da palavra o Senhor Município Pedro Dias Pereira.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

JK

Eu venho aqui essencialmente, para me dirigir a vossa excelência Senhora Presidente de Câmara Municipal. Há uns meses atrás, vim a esta Assembleia Municipal, informar que um grupo de cidadãos, se estaria a mobilizar para iniciar uma petição pública, para um túnel, túnel esse que se situaria entre Algés e Trafaria. Vim também dizer nesse tempo, que nós estávamos motivados e acreditávamos que era uma boa ideia, e que também gostaríamos que a Câmara Municipal de Almada se associasse a esta ideia. Devo informá-la que, nos entretantos, nós já temos perto de duas mil assinaturas eletrónicas e temos cerca de duas mil e quatrocentas assinaturas em papel. Isto a título de informação. Mas mais importante que isto, tenho a honra e o privilégio de a informar que na bela Cidade de Almada, hoje por volta das 11H00, foi assinada a escritura pública de constituição da Associação Promotora Mobilidade Tejo. Essa Associação foi criada hoje com os seus vinte e seis fundadores, que foram aqueles que iniciaram precisamente a petição pública para a construção do túnel Algés-Trafaria. Hoje demos mais um passo, esse passo foi formalizar juridicamente esta ideia, no sentido de uma associação. Ou seja, venho aqui reafirmar a vossa excelência, que continuamos motivados, a Senhora Presidente de Câmara já me ouviu muitas vezes referir estas palavras, estamos motivados, estamos focalizados e estamos a seguir caminho.”

**5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam só que comece por dizer que o que nos salva são sempre os teatros, quando precisamos, quando realmente a questão é importante, vimos sempre parar ao teatro. A vida faz-se num teatro.

Muito brevemente, agradecer a intervenção do Senhor Município Dr. Pedro Pereira, dizer que sim, de facto, já os recebi, tenho acompanhado a luta desta Associação. Dizer que, como sabem, e não gosto de falar de projetos que não sejam uma verdadeira realidade. Sabemos que o projeto do túnel Algés-Trafaria, é já um projeto antigo, sabemos que ali as ligações de um lado e de outro da margem já estão praticamente feitas, há ainda trabalho para fazer, nomeadamente ao nível do nosso Plano Diretor Municipal, onde estamos também a pensar e a transpor a possibilidade do espaço canal para esse túnel e não temos qualquer dúvida sobre a necessidade desta terceira travessia. Podem vir mais, esta não exclui as outras, no sentido de aliviar não só a Ponte sobre o Tejo que está muito sobrecarregada e sabemos que não será a ponte Vasco da Gama que irá permitir o fluir do trânsito, aliviar a pressão sobre o Centro Sul, onde passam milhares de pessoas não apenas de Almada, porque Almada é também um Concelho da Península de Setúbal atravessado para poder aceder a Lisboa. Muita população do Seixal também, mas até de Sesimbra para quem até é mais rápido vir pela Ponte 25 de Abril do que pela Vasco da Gama e há uma realidade, em Almada há um ponto de entrada para a ponte, que é aquele que eu citei, o que significa o caos para milhares de pessoas o tempo todo. Consideramos, e isso também já começamos a falar com as entidades competentes, como sabem o Rio não nos pertence, o Rio é de toda a Área Metropolitana de Lisboa, o Tejo é o Tejo, é o nosso grande Rio, mas já começamos em conversações com todos e já que há um plano de investimento, voltamos a dizer da necessidade de pensar esta terceira travessia. É uma travessia obviamente para carros, mas que possa também ser uma travessia para transporte público como é evidente. Ou uma alternativa permitiria, por exemplo, também criar, de momento é absolutamente impossível criar, essa questão foi falada, um corredor “bus” na Ponte 25 de Abril, é insustentável, não se aguenta. Mas sobretudo iria aliviar não só o Centro de Almada ou pelo menos o Centro Sul, mas também o próprio Centro de Lisboa com ligações mais rápidas à CRIL, para todos aqueles que se deslocam para a zona norte da Área Metropolitana de Lisboa.

Portanto, acho sempre muito saudável quando a sociedade civil se mobiliza, acho que ela é muito eficaz, agradeço todo o esforço, empenho e luta, quero só dizer que o executivo tem estado a trabalhar nisso, sei que o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras até foi mais longe, já levou uma proposta penso eu, a reunião de Câmara, temos agendado uma conversa e sabemos que, seja qualquer um dos grandes projetos que Almada tem, seja o projeto da Cidade da Água ao Ginjal, mas até os novos projetos que se estão a delinear para outras zonas do território e inclusivamente a intensificação das atividades da Faculdade de Ciências e Tecnologia, dos terrenos da FCT, isso só vai ser possível se conseguirmos criar uma terceira travessia entre Almada e Lisboa, para uma circulação mais fluida. Seja de transporte individual, seja até idealmente de transporte público.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, agradeço a vossa mobilização, acho muito bem que formalizem a Associação, dizer que estamos a acompanhar, acho que ainda é cedo para apresentarmos um projeto sólido, estamos a fazer todos os contatos necessários, para, a quem cabe também as grandes infraestruturas, os grandes investimentos, que felizmente é um investimento nesta altura já menor do que era há uns anos atrás, quando isto se falou, e talvez com maior possibilidade para num breve curto espaço de tempo poder vir a ser uma realidade. Não temos dúvidas para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa em geral e para Almada, uma terceira travessia é essencial e sinceramente prefiro em túnel do que em ponte.”

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:**

**6.1.1- Pelo falecimento de pessoas de Almada vítimas da COVID 19, apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sequência de deliberação consensual da Conferência de Representantes, a que se associaram o Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes e a Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa;**

**6.1.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

“Senhora Presidente da Câmara, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelas pessoas de Almada falecidas por causa do COVID 19

Esta fase de pandemia provocada pelo COVID 19 foi enfrentada pelos portugueses e, em particular, pelos Almadenses com grande sentido cívico, assumindo o confinamento como uma medida necessária ao controlo da propagação da infeção.

Apesar de todas as medidas tomadas, isso não impediu que alguns dos nossos concidadãos de Almada fossem atingidos pela doença e mesmo pela morte.

No nosso concelho, até ao dia 2 de junho, verificou-se um total acumulado de 408 casos, tendo sido internados no HGO 21 pessoas, 3 das quais em cuidados intensivos e uma delas ventilada.

Infelizmente, verificaram-se também 8 óbitos

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 5 de junho de 2020, manifesta o seu profundo pesar pela perda destas vidas humanas provocada pelo coronavírus, apresentando às suas famílias sentidos pêsames e o seu profundo pesar.”

**6.1.2 – Pelo falecimento de Fernando Barão, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS).**

**6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Pelo falecimento de Fernando Barão

Faleceu, no passado dia 25 de maio de 2020, o insigne almadense Fernando Miranda Barão.

Solidário, crente, criativo, homem de diálogo, empático e contador de histórias, Fernando Barão deixou marca em todas as várias áreas a que se dedicou, como o associativismo, a solidariedade, o campismo, o jornalismo, a fotografia, a política, a literatura, a poesia.

Com uma vida dedicada à sua terra e aos seus concidadãos, era uma figura incontornável do movimento associativo almadense dos últimos setenta anos, sendo justamente considerado o seu decano.

Nascido em Cacilhas, a 2 de janeiro de 1924, fez a escola primária nesta localidade e os estudos secundários no Liceu Passos Manuel. Frequentou a Universidade, mas acabou por dar continuidade à vida comercial do seu pai.

Dedicou a maior parte da sua vida ao movimento associativo almadense, tendo ocupado os mais variados cargos em diversas associações, como o Ginásio Clube do Sul, o Clube de Campismo do Concelho de Almada de que era



sócio fundador, Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, Bombeiros Voluntários de Cacilhas e a Associação de Comerciantes de Almada. Participou na fundação e foi dirigente da SCALA, Sociedade Cultural de Artes e Letras de Almada e de O Farol – Associação de Cidadania de Cacilhas.

Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Almada imediatamente a seguir a 25 de abril de 1974 e até 1986. Quando o anterior Provedor abandonou a função, por razões políticas, assumiu o cargo de presidente duma Comissão Administrativa que geriu a instituição nessa fase

Nos anos de 1970/71 fez parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada.

Foi colaborador da Gazeta do Sul, Jornal de Almada, Praia do Sol, Fogo e Paz, Ondearta, Imagens Piedenses, Parodiantes de Lisboa e Margem Sul da Rádio Renascença.

Foi premiado em vários Salões Fotográficos e em muitos concursos literários e é prefaciador de vários livros.

Autor de várias obras, como “Estórias de Almada Antiga” em 1990, “O Chico de Almada, Histórias Alegres” em 2002, “Histórias de um Almadense, da Vida e da Caça” em 2003. Poeta em “Escapes de uma Vida” em 1992 e “A Sombra dos Sentimentos” em 2002. Escreveu sobre a história local em “Cacilhas – Memórias Soltas” em 1994 e publicou “Ginásio Clube do Sul – 75 anos de Glória” em 1995.

Foi organizador em 1970, ano do cinquentenário do Ginásio Clube do Sul, dos colóquios “Problemas da Juventude” e “Encontro das Coletividades Populares”.

Foi diretor dos boletins informativos Fogo de Campo, Ginásio e o SCALA.

Foi interventor na Convenção da Esquerda Democrática com o trabalho: “O papel das instituições coletivas no estado democrático”.

Foi mandatário concelhio em Almada em duas candidaturas de Mário Soares à Presidência da República.

Pertenceu à Comissão Instaladora da Junta de Freguesia de Cacilhas, fez parte do seu executivo e foi Presidente da Assembleia de Freguesia.

Foi proponente do prémio anual Scalano.

Foi galardoado com a medalha de “Dedicação” pelos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, em 1984.

Foi-lhe atribuído o troféu “Prestígio Ginasista” pelo Ginásio Clube do Sul, em 1992.

Foi-lhe atribuída a medalha de ouro de “Mérito Cultural” pela Câmara Municipal de Almada, em 1994.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 5 de junho de 2020, manifesta o seu pesar e presta a sua homenagem ao ilustre almadense Fernando Miranda Barão, apresentando à sua família e a todo o movimento associativo almadense, em particular às associações a que pertenceu, as mais sentidas condolências.”

**6.1.3 – Pelo falecimento de Alexandre Jerónimo Correia, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE);**

**6.1.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pelo falecimento de Alexandre Jerónimo Correia

Faleceu, no passado dia 26 de abril, Alexandre Jerónimo Aranda Correia, de 32 anos de idade.

Alexandre era um militante de causas sociais, lutava por um mundo mais justo, mais solidário e mais participativo. Militante do Bloco de Esquerda desde 2017, foi sempre um membro ativo de uma energia e entusiasmo contagiantes. Foi também participante muito dinâmico em vários movimentos e um cidadão muito dedicado ao seu concelho, quer no que respeita aos direitos das pessoas com deficiência, quer a outras causas que considerasse justas e inadiáveis.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Alexandre tinha uma malformação congénita: espinha bífida. Contudo, essa sua condição nunca o limitou, nunca se furtando a qualquer tipo de trabalho e militância. Voluntário em várias associações, foi sempre muito ativo nas diferentes causas que o mobilizavam. Sempre se envolvia e dava o seu contributo entusiástico, nos desafios que a vida ia impondo, sobretudo à sua geração. Um cidadão exemplar, que certamente fará muita falta nos tempos que vivemos.

Não apenas na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, mas também em qualquer outra frente justa e necessária, que requeresse um lutador devotado. Lutou, sem dar tréguas, até ao fim.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, no dia 5 de junho de 2020, delibera:

manifestar o pesar pelo falecimento, uma perda importante para a vida associativa deste concelho e exprimir, aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.”

**6.1.4 – Pelo falecimento de Vítor Cid, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE);**

**6.1.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pelo falecimento de Vítor Cid

Vítor Cid nasceu em Lisboa em 1964, mas cedo se mudou para a cidade de Almada onde cresceu e viveu toda a sua vida.

Desde muito cedo participou na vida cultural e associativa da cidade, tendo aos 18 anos sido convidado por Joaquim Benite para integrar os quadros da Companhia de Teatro de Almada como luminotécnico. Durante a década de 80, Vítor Cid, sempre com uma forte ligação ao teatro, aproxima-se do que viria a ser a sua vida: a fotografia.

Frequenta a licenciatura de Filosofia na Universidade de Lisboa, que não chega a concluir, mas sem nunca abandonar a fotografia e, na primeira década de 2000, esta torna-se a sua atividade principal. Daí a diante o seu trabalho multiplica-se entre publicações variadas, revistas da especialidade, livros coletivos, exposições coletivas e em nome próprio, tornando-se, desta forma, um dos principais olhares sobre a cidade de Almada, nomeadamente nos seus importantes registos de teatro nesta nova década.

Trabalhou com vários grupos de teatro, entre os quais as Produções Acidentais e o Teatro Extremo, do qual foi também fundador. Foi autor das fotografias do livro “A Cidade do Teatro” e participou em várias edições do Festival Sementes e da Mostra de Teatro de Almada. Em 2015, junta-se a Luís Aniceto e funda a revista de fotografia documental Zona Magazine com o apoio da Câmara Municipal de Almada. Foi ainda formador e coordenador pedagógico do Instituto Português de Fotografia.

Vítor Cid fotografou Almada como a viveu, sempre atento, comprometido e ímpar no seu olhar e no seu trabalho. Deixou-nos cedo demais no passado dia 18 de maio vítima de um linfoma.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, no dia 5 de junho de 2020, delibera:

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Vítor Cid, guardando um minuto de silêncio em sua memória;

2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.

**6.2 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.**

**6.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero em nome do executivo manifestar obviamente a nossa solidariedade e juntarmo-nos a estes votos de pesar aqui apresentados, seja pelas vítimas do Coronavírus em Almada, foram 8 vítimas, os números não são altos, mas basta uma pessoa para ser demais, e obviamente pelos votos de pesar tanto pelo Vítor Cid como do



Fernando Barão e do Alexandre Jerónimo Correia, que muito novo, de facto, nos surpreendeu neste período muito difícil.”

6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo sido todos aprovados por unanimidade.

6.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

7 – Foi declarado aberto o período da ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Composição do Júri para o Procedimento Concursal subsequente – recrutamento Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças”;

7.1.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que aqui trazemos, trata-se sobretudo de uma alteração, porque houve alteração também ao nível da Secretaria Geral, isto é um concurso que já foi aberto numa primeira fase para o cargo de Diretor Geral e Finanças, Diretor Financeiro da Câmara Municipal de Almada, fizemos uma primeira abertura como se deve exclusivamente para funcionários públicos, houve uma primeira fase em que nenhuma das candidaturas que surgiram pôde ser aceite, abrimos agora o segundo concurso, ou a segunda fase ou a segunda etapa deste concurso já agora com uma maior amplitude, a proposta que aqui trazemos é no fundo a aprovação deste júri como houve substituição ao nível da Secretaria Geral, propõe-se a atual Secretária Geral, a Dr.ª Elsa Maria Alves Correia Henriques, como vogal a Senhora Diretora de Departamento de Património e Compras e como também se deve, um membro do júri exterior que é o Senhor Diretor Municipal de Gestão e Administração Geral da Câmara Municipal de Odivelas, tendo como suplente o Senhor Diretor do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Almada e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada.”

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum passou-se a votação por voto secreto, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 18 votos a favor, 18 votos em branco e 1 voto não, através da seguinte

#### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 131/XII-3º, ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, designando o júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, com a seguinte composição:*

*Presidente: Elsa Maria Alves Correia Henriques, Secretária-Geral da CMA;*

*Vogal efetivo: Célia Marina Galrito Cardoso Franco, Diretora do Departamento de Património e Compras da CMA;*

*Vogal efetivo: Hernâni Silvino Vilela Boaventura, Diretor Municipal de Gestão e Administração Geral da Câmara Municipal de Odivelas;*

*Vogal suplente: José Carlos Coelho, Diretor do Departamento Jurídico da CMA;*

*Vogal suplente: Ana Isabel Fernandes, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da CMA*

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda relativo a resposta do Município à pandemia – ponto de situação e perspetivas;

7.2.1 – Para apresentação do assunto usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com muita satisfação que estou aqui hoje enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almada, nesta Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal dedicada às respostas face à pandemia Covid-19.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Hoje, como ontem, a prestação de contas é fundamental. Não obstante, nestes últimos meses termo-nos reunido com os Senhores/as Deputados/as Municipais através das plataformas digitais, para garantir todos os esclarecimentos e receber também importantes contributos, não deixa de ser simbolicamente importante regressar presencialmente, a este palco político, mas este palco, e ter também os nossos munícipes a nos acompanhar, seja presencialmente ou através da transmissão em direto.

Caras e caros Deputados/as Municipais, creio que não será excessivo afirmar que, face à última Assembleia Municipal de fevereiro, o mundo mudou. A pandemia Covid-19 e a crise sanitária decorrente, alterou dinâmicas económicas, políticas e sociais e colocou-nos focados juntos e alinhados num combate a um inimigo que embora invisível, originou consequências bastante reais na vida de todos nós. Basta ver esta Assembleia Municipal.

Na última Assembleia Municipal, referi a todos os presentes, que este ano de 2020, deveria ser marcado por pontos de convergência que teriam como principais beneficiários os almadenses. Na altura, na prévia obviamente, que travaríamos esta batalha, mas não só reitero hoje aqui essa posição, como posso atestar que a construção de pontes políticas, foi e é fundamental para as várias respostas que delineamos e implementamos. Desde o primeiro dia, foi claro para este executivo, que esta pandemia não poderia nunca pôr em causa o serviço público que prestamos. Assim, ao mesmo tempo que no início de março decretamos o encerramento de diversas instalações municipais e espaços públicos e adiamos todas as iniciativas programadas, uma das nossas primeiras preocupações, foi garantir a segurança dos nossos trabalhadores. Foi nesse sentido, que em poucos dias, protegemos os nossos trabalhadores que integravam grupos de risco, colocando-os em casa em regime profilático, implementamos o teletrabalho para quase setecentos trabalhadores, e definimos a rotação de equipas protegendo aqueles que continuaram a exercer as suas funções presencialmente nomeadamente nas atividades essenciais que nunca pararam. Adotamos todas as medidas e recomendações das entidades competentes e muitas vezes fomos até mais além. Porque para continuarmos a prestar um serviço público, temos obrigação de garantir que o fazemos de forma segura. Nesse sentido, permitam-me que comece esta minha intervenção com um profundo, muito profundo e sincero agradecimento a todos os nossos trabalhadores, seja da Câmara Municipal, seja dos SMAS. Desde os dirigentes aos técnicos superiores, aos assistentes operacionais, foi graças ao seu empenho e altruísmo, que foi possível continuarmos a prestar dia após dia, o serviço público que os almadenses esperam e merecem da nossa parte.

Caras e caros Deputados/as Municipais, estes não foram, de facto, meses fáceis, foi exigido de nós em simultâneo, respostas rápidas e eficientes, adaptação a novas realidades, transparência nas medidas tomadas e a materialização diária da visão de garantir a inclusão e justiça social. Uma exigência não só dos almadenses, mas também de nós próprios, em função dos cargos que ocupamos e desempenhamos. Mas a celeridade que estes tempos exigem, nunca colocou em causa a gestão idónea e criteriosa, que marca este executivo da Câmara Municipal de Almada. Mais do que seguir tendências casuísticas e lançar medidas avulsas, que mais tarde se revelariam pouco pertinentes, o nosso esforço assentou numa estratégia aglutinadora, a curto, médio e longo prazo. O Plano Almada Solidária que trazemos hoje aqui a esta Assembleia Municipal, e que materializa esta visão, prevendo um investimento de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) até 2021, não nasceu só com esta pandemia. Fazia parte das nossas Grandes Opções do Plano e da estratégia municipal social, englobando três grandes áreas: Almada Próxima, Almada Cuida e Almada Emergência. Foi pensada exatamente, para períodos como este e as suas verbas foram e serão ainda reforçadas para enfrentarmos esta crise. E nesta, como em outras crises, sabemos sempre que o seu impacto é transversal. Os números são conhecidos e parcos em eufemismos. As consequências do Covid-19, em termos económicos e sociais são avassaladoras e nada momentâneas. Estamos ainda no início de uma crise económica que mais do que nunca, põe a nu as fragilidades da nossa sociedade. E é aqui que o poder político nas suas dimensões nacionais e locais, desempenha um papel crítico no apoio aos mais vulneráveis. Foi neste sentido que uma das primeiras medidas que tomamos foi o lançamento da linha 800 10 20 40, que contempla a entrega ao domicílio de serviços de refeições, cabazes de alimentos, medicamentos de primeira necessidade, passeios de animais domésticos, e apoio psicológico à distância. Apoio a centenas de famílias e que já foi esta semana a reunião de Câmara, para ser reforçada a sua abrangência. Abrimos também o nosso espaço de acolhimento a pessoas em situações de sem abrigo no Pavilhão do Liberdade Futebol Clube, que no passado dia 28 de maio, dia do seu centésimo aniversário, recebeu



a visita do Senhor Presidente da República. Criamos o espaço Unidade Mais, na Pousada da Juventude de Almada, que com vinte e oito camas permite o alojamento de doentes Covid-19, que não têm condições de habitação condigna, para procederem ao seu isolamento.

Cento e trinta e sete mil, oitocentas e noventa e três, foi o número de refeições que entregamos a famílias vulneráveis, só na Casa Amarela. Dando apoio às nossas IPSS, a quem reforçamos também as verbas para ajudar a contratação de pessoal e aquisição de equipamento. Ao nível da saúde e em coordenação com as entidades competentes, mantemos disponível a nossa Unidade de Saúde do Pragal, dedicada ao Covid-19 e o nosso centro de testes.

É igualmente de referir os testes sistemáticos realizados nos nossos lares, todos os lares, os lares da rede social, da rede privada, iniciando-se já para a semana os testes a casas de acolhimento não regularizadas e aos profissionais das creches. E aqui gostaria de fazer uma pequena nota, estamos conscientes que há alguma inquietude pela subida dos nossos números de Covid-19 positivos em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Mas importa não esquecer que muitos desses números também são resultantes do aumento de testes que temos realizado, para ter uma fotografia real da situação com que nos deparamos. Não temos até ao momento, nenhum surto preocupante, pelo que o que é importante, é não descurarmos todas as regras e recomendações de forma a protegermos a nossa saúde e a saúde dos que nos rodeiam.

Ao nível do apoio à nossa economia local, lançamos a plataforma digital “Almada Estabelecimentos Comerciais” com o objetivo de divulgar os vários espaços em funcionamento, produtos e serviços disponibilizados no Concelho de Almada, e isentamos as taxas de ocupação do espaço público, para esplanadas, quiosques, de venda nos nossos mercados que estiveram sempre abertos e isentamos as rendas das nossas incubadoras. Paralelamente, aproveito aqui também para anunciar que estamos a trabalhar num importante projeto de relançamento da economia local, através da criação de um cartão de fidelização, que fará certamente a diferença na vida dos nossos comerciantes e munícipes, assim como em ações de formação para os novos desafios na área digital. Entre outras várias medidas, destacaria também a desinfeção do nosso espaço público, a autorização de estacionamento gratuito em todo o Concelho durante os meses de março, abril e maio, a cedência do Caparica Sun Center ao Hospital Garcia de Orta, para descanso de profissionais de saúde, o cancelamento de qualquer ação coerciva ou cortes de água, a isenção de pagamento de água às IPSS e às Corporações de Bombeiros, as várias campanhas de comunicação e sensibilização que foram lançadas, a distribuição de mascaras reutilizáveis que ainda está em curso, que começou obviamente pelos trabalhadores e pelos bairros municipais, mais vulneráveis e que será agora generalizado pela população.

No que concerne às Associações e Coletividades Almadenses, é inegável o impacto causado por esta pandemia. Nesse sentido e como até aqui, este executivo esteve ao seu lado, com a aprovação de propostas importantes para garantir a sua sustentabilidade. Mais do que louvores, manifestos políticos, ou propostas idealistas sem corpo que as sustente, o que as nossas associações e coletividades necessitam é de pragmatismo e propostas concretas. Foi com isto em mente, que aprovamos a manutenção de todos os contratos, protocolos e apoios, mesmo quando não podiam realizar as atividades previstas ao nível cultural, desportivo e familiar, no valor de 800.000.00€ (oitocentos mil euros) e que aprovamos uma medida complementar inédita no nosso Distrito, de mais de 200.000.00€ (duzentos mil euros) de apoio. Se a isso juntarmos os apoios no âmbito do Regulamento Municipal ao Movimento Associativo, que totalizam até ao final de 2020, 600.000.00€ (seiscentos mil euros), o total da verba direta destinada às nossas associações e coletividades, ascende a 1.600.000.00€ (um milhão e seiscentos mil euros), e vem aliás no seguimento da subida gradual ano após ano, dos valores de apoio municipal.

Mas o nosso projeto político e sobretudo os compromissos que assumimos, não se esfumaram com a pandemia. Pelo que demos continuidade a todos os projetos de reabilitação do nosso espaço público, como a finalização do Jardim da Cova da Piedade, que foi mesmo no início e da avenida 23 de Julho, o início da requalificação da Fonte da Telha, os acessos às praias do Rei e da Bela Vista, na Costa da Caparica e da ex Estrada Nacional 377 na Charneca de Caparica. Paralelamente, mantivemos a repavimentação da nossa rede viária em vários pontos do concelho, continuamos os trabalhos do novo Parque Infantil no Parque da Paz, (Chama-se Parque Urbano do

9/2



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pragal) no nosso Complexo Municipal dos Desportos, avançamos com melhorias no nosso Parque Escolar, nomeadamente na Escola Básica Louro Artur na Charneca de Caparica, Escola Básica Nº 2 da Cova da Piedade, ou na Escola Básica do Chegadoinho.

E porque a liberdade não se confina, não deixamos também de celebrar os ideais de Abril, com os vários eventos que foram seguidos na segurança das suas casas, pelos nossos munícipes e que tiveram mais de cento e setenta mil visualizações. Com o “Festival à Janela” um pouco por todo o Município e uma série de concertos em *streaming* com artistas ou de Almada ou com grandes ligações ao Município. Quero ainda referir a colaboração com a Companhia de Teatro de Almada, para a iniciativa “A Poesia que nos Une”, e com o Teatro Extremo com “As Histórias para Rir e Sorrir Antes de Dormir”. Assim, celebramos a Revolução e a Liberdade, permitimos um confinamento menos duro aos almadenses, e apoiamos a cultura local.

Caras e caros Senhores/as Deputados/as Municipais, muito haveria para dizer, mas o tempo é curto e eu ainda gostaria de poder responder a algumas perguntas.

Estes tempos excecionais, testam a nossa resiliência, mas são também a prova da nossa determinação coletiva e da nossa união. Neste sentido, e depois de já aqui ter deixado o meu profundo agradecimento a todos os trabalhadores da Autarquia e dos SMAS, permitam-me que faça apenas mais duas referências.

Em primeiro lugar, aos almadenses, que na sua grande globalidade, demonstraram não só um comportamento exemplar, como um fortíssimo sentido de comunidade. Mobilizando-se através do nosso banco de voluntariado e de outros projetos na ajuda a quem mais precisa.

E por fim, à nossa Rede Social, à Proteção Civil, à PSP, GNR, Cooperação de Bombeiros, Segurança Social, Hospital Garcia da Orta, Autoridade e Centros de Saúde, que tornaram possível todas estas medidas adotadas, para além das instalações das tendas da nossa Proteção Civil desde do início à porta do Hospital Garcia da Orta.

Este foi um trabalho conjunto em várias frentes e que a todos nos deve orgulhar. Mas todos gostaríamos de falar já exclusivamente no passado, mas a verdade é que o vírus ainda não desapareceu e por isso os esforços devem ser mantidos. O desconfinamento não significa o fim da pandemia, a época balnear que começa amanhã traz novos desafios e os números mais recentes revelam que é ao nível dos mais jovens que surgem os casos mais preocupantes de contágio. Por isso, faço aqui um apelo, para gozarmos o verão, as nossas maravilhosas praias, e o mar como o desejamos, cumpram as regras definidas, seja no porte das máscaras, da lavagem das mãos, no respeito pelas distâncias, e até no porte das chanatas agora na praia. Mas, peço-vos também, falem com os vossos filhos, com os vossos netos, com os vossos amigos, da vossa idade. Consciencializem os jovens em particular, que não estão ao abrigo da doença e que podem ser vetores de transmissão. Hoje mais do que nunca, valores como a solidariedade, a tolerância, a justiça social e o diálogo, são fundamentais para juntos, continuarmos a construir em Almada e para os almadenses, um melhor presente e um futuro para todos.”

**7.2.2** – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Geraldes (CDU), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), Sílvia Sousa (Ind) e a Senhora Presidente da Câmara;

**7.2.2.1** – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ouvimos com a máxima atenção e agradecemos a informação que a Senhora Presidente da Câmara Municipal acaba aqui de nos trazer, mas há algumas questões muito concretas, muito diretas e muito objetivas, que gostaríamos que a Senhora Presidente da Câmara Municipal nos pudesse dar aqui algumas respostas. E por isso, passo a colocar as questões que aqui nos trazem.

A primeira, é saber como é que a Câmara Municipal está a trabalhar em articulação com o Governo no sentido de concretizar, no território municipal, as recentes decisões tomadas pelo Conselho de Ministros no dia 29 de maio, designadamente aquelas que dizem respeito ao apoio concreto às populações que vivem em condições de grande precariedade.



A segunda questão que gostaríamos aqui de deixar à Senhora Presidente da Câmara é que, neste mesmo quadro, que medidas ou ações está a Câmara Municipal a preparar, no âmbito do estudo, também ele anunciado pelo Primeiro Ministro na sequência do Conselho de Ministros de 29 de maio, no sentido de assegurar o realojamento de emergência das pessoas que não têm condições de habitabilidade, indispensáveis à garantia da aplicação das diretivas e orientações da Direção Geral de Saúde, relativamente às condições sanitárias, para recuperação da doença, sabendo que o Governo e outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, já trabalham em conjunto neste domínio.

A terceira questão é se a Câmara Municipal de Almada está a preparar, ainda em articulação com os técnicos da saúde pública e os diferentes Ministérios, alguma ação ou medida que permita levar à prática, no nosso Concelho, aquilo que o Primeiro Ministro anunciou, ainda na sequência do Conselho de Ministros no dia 29 de maio, e reafirmou no debate quinzenal realizado no dia 3 de junho na Assembleia da República, quanto à realização alargada de testes em todos os focos de contaminação identificados, sabendo em particular que grande parte da população residente no 2º Torrão, por exemplo, trabalha numa das indústrias consideradas problemáticas que é a construção civil.

Outra questão que aqui nos traz, é se pensa à Câmara Municipal, tomar uma posição mais enérgica e interventiva, relativamente ao reiterado incumprimento por parte dos Transportes Sul do Tejo, da sua obrigação de serviço público, recusando-se a repor integralmente as carreiras de transporte rodoviário público a que está obrigado pelo contrato de concessão que assinou com o Estado.

A CDU sublinha neste âmbito, o notável trabalho que tem sido desenvolvido pelo Conselho Metropolitano de Lisboa, relativamente aos transportes públicos em geral e em particular relativamente aos transportes rodoviários. No entanto, em Almada, os TST mantêm a arrogância inaceitável, relativamente à oferta de transportes públicos rodoviários às populações. De que resulta aliás, a impossibilidade prática de cumprimento integral das recomendações da Direção Geral de Saúde, relativamente ao necessário distanciamento físico que se impõe na utilização dos transportes públicos.

Ainda sobre esta matéria Senhora Presidente, as Comissões de Utentes e outras estruturas, têm denunciado publicamente esta realidade, e nós estamos de acordo com a Senhora Presidente, quando diz que o problema se resolve com um operador público a atuar no domínio dos transportes públicos rodoviários, eliminando o monopólio privado que hoje existe. Mas enquanto isso não for uma realidade, tem que manter-se uma operação geral e generalizada sobre a empresa atualmente concessionária dos serviços, envolvendo nessa pressão as mais diversas entidades.

A CDU sabe que vai realizar-se em data muito próxima, uma nova reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa com os transportes Sul do Tejo, que envolverá a participação dos Municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa. Entendemos que esta seria uma excelente oportunidade, para que a representação do Município de Almada nessa reunião, assumisse uma posição de denuncia veemente da situação e da realidade quase catastrófica, que se vive a este nível no Concelho de Almada.

Finalmente, uma questão sobre, se a Câmara Municipal de Almada, tem conhecimento de eventual aumento do número de crimes de violência doméstica registado durante este período de pandemia.”

#### **7.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com particular gosto que estamos aqui de volta, é também com particular gosto que vejo que todas e todos estão bem.

Relativamente ao ponto que nos traz aqui hoje, esta noite, o ponto principal desta nossa Sessão Extraordinária, gostaríamos de deixar algumas notas, parte das quais já fomos trocando na comunicação que mantivemos durante este período com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, de qualquer forma gostávamos aqui de deixá-las publicamente e também de lhe dirigir algumas questões.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não é ainda fase de fazermos um balanço, sabemos que infelizmente o contexto atual está longe de pronunciar que a pandemia está ultrapassada. Logicamente nunca poderemos fazer um balanço positivo porque a partir do momento em que há uma vida perdida e disse-o e muito bem, nunca o balanço poderá ser positivo. As medidas tomadas foram ainda assim, parece-nos a nós razoáveis e neste particular temos obviamente a agradecer antes de mais a todos os trabalhadores do Município, a todos os profissionais do Serviço Nacional de Saúde e deixem-me fazer um sublinhado especial aos trabalhadores da recolha de resíduos urbanos, que têm um trabalho nesta fase particularmente duro, com uma retribuição particularmente baixa e sujeita a riscos de saúde que todos conhecemos que são elevados.

Preocupações atuais neste contexto, há uma preocupação que é permanente, a situação de pessoas, sobretudo idosas que conforme temos conhecimento, são nestas alturas e agora em particular, abandonadas nos hospitais. Pessoas que apesar de terem alta clínica, não têm sítio para onde voltar. Aquilo que gostaríamos de saber e presumo que a Senhora Presidente da Câmara não tenha acesso a esse dado, mas gostaríamos de ter conhecimento, era no caso dos nossos hospitais e dos hospitais do nosso Concelho, que casos desta natureza é que existem e se existem efetivamente pessoas que estejam nesta condição. É obviamente um sintoma grave de falta de solidariedade intergeracional, já sabemos que existe no nosso Município como em todos os outros, não é questão do nosso, é uma questão infelizmente nacional, existe uma falta de respostas sociais a este nível e penso que é um caso que temos que dar prioridade.

Em relação às zonas de vulnerabilidade no nosso Concelho, sabemos que temos bairros com condições de habitação pouco dignas, onde não é fácil manter as medidas de distanciamento social, julgamos que deve haver particular atenção na ação e monitorização sobre estas situações, porque podem obviamente trazer focos de contágio. Depois inicia-se amanhã a época balnear. Sabemos que existem um conjunto de medidas para acautelar que não venham a existir contágios da prática desta atividade, o nosso Concelho é um dos Concelhos do país mais procurados pelas suas praias, sabemos que até à data, não tem havido problemas em ponto nenhum do nosso país em relação às praias e à ocupação excessiva das praias, mas sabemos também que a verdadeira época alta começa agora a partir de junho, estende-se a julho e agosto e parece-nos a nós, poder vir a existir aqui um foco de conflitualidade social porque, se é bem verdade que até agora tem corrido tudo bem, até agora também não ocorreu nenhuma situação em que alguém tivesse que voltar para trás. Portanto, as pessoas conseguem encontrar espaço, conseguem encontrar a prática da atividade balnear, e temos algum receio que futuramente com as lotações ou se deixe de cumprir este distanciamento social, ou começo a haver algum tipo de conflitualidade. E é uma ideia que gostávamos aqui de deixar. Obviamente neste particular as regras de distanciamento que sabemos são permanentemente negligenciadas sobretudo nas praias da Costa da Caparica, devem obviamente ser também acauteladas e devem ser um imperativo.

Em relação ao cenário económico e laboral, temos um contexto presente e futuro em que efetivamente estamos na eminência de uma recessão. Assistimos por um lado a novas formas de trabalho, nomeadamente teletrabalho que trazem algumas vantagens, mas também alguns inconvenientes. A falta de interação social é uma delas, aliada também à parte daqueles que não conseguem ter teletrabalho ou trabalho, nomeadamente aqueles que ficarem em situação de desemprego, a questão da limitação da frequência escolar, todos estes casos podem levar a uma maior detenção social e familiar e nomeadamente poderem aumentar aqui os casos de violência doméstica, sobretudo a não denunciada. Seria importante conhecer aqui que ferramentas de identificação e monitorização e que linhas de apoio psicológico estão preparadas.

Temos depois outra situação que é a solidão nesta nova normalidade, a solidão de muitas e muitos cidadãos do nosso Concelho, onde por via do confinamento muitos têm nos seus animais de companhia a sua única companhia. E que acabam por ser fundamentais no seu equilíbrio emocional. É importante que nada falte às pessoas, mas também é importante que nada falte aos seus animais. Aos que estão nas casas e também aqueles que continuam nas ruas e que são responsabilidade de cada um de nós.

Relativamente às alterações climáticas, foram recorrentes as notícias sobre os resultados do confinamento humano e o seu efeito no clima. Passou mesmo a ideia de uma espécie de milagre ambiental. Não, as alterações climáticas todos sabemos são irreversíveis e os seus efeitos apenas são mitigáveis. O passado mês, maio, foi o



maio mais quente de que há registos. E já que nos habituamos agora às curvas e a uma série de dados estatísticos seria também bom que iniciássemos um esforço coletivo para achatar a curva das alterações climáticas. E neste particular, porque não começar pela mobilidade. Obviamente um campo onde estamos mal, continuamos mal, ficamos ainda pior durante a pandemia. A pandemia desferiu um rude golpe nas conquistas recentes, o modelo em que assentavam os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, tem agora eventualmente de ser redefinido, porque os níveis de rentabilidade que existiam anteriormente, agora com as novas e inevitáveis reduções da lotação que os transportes públicos necessitam para assegurar o devido distanciamento social, naturalmente esses níveis de rentabilidade irão descer e das duas uma, ou o valor dos passes sobe, que não nos parece aceitável, ou o investimento público terá que necessariamente de aumentar. Depois sabemos que existem operadores que nem no mais grave contexto social deixam para segundo plano o seu desempenho financeiro. Almada mantém um grave problema com o seu operador rodoviário que é para muitos cidadãos, a única forma de chegarem ao seu local de trabalho. É também regente um plano que devolva a confiança dos utentes nos transportes públicos. A imagem de filas intermináveis ou de transportes lotados, não abona nesse sentido e começa a ser frequente. Depois também nas formas de mobilidade mais suave, o investimento nas ciclovias, é um assunto que trouxemos várias vezes a este plenário e pelo qual ficamos várias vezes sem resposta. Mas também as zonas pedonais e a tolerância zero para o estacionamento abusivo e em cima dos passeios.

Em suma, a pandemia deixa-nos um sinal. Não queiramos tomar à natureza o seu papel central, porque insistindo nesse erro, serão cada vez maiores as consequências até aprendermos.”

#### 7.2.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente, relativamente às perguntas do Senhor Deputado Municipal João Galdes, as medidas anunciadas e trabalhadas no Conselho de Ministros a 29 de maio, ou seja há exatamente uma semana, penso que também se refere ao Plano de Estabilização e Economia Social, tudo isto está um bocado ligado, os serviços têm estado sempre atentos e a fazer o levantamento de tudo o que vai saindo e criando programas o mais rapidamente possível em função daquilo que têm sido as novas realidades que saem do Governo. Aliás, inclusivamente o Plano de Almada Solidária, como nós vamos apresentar, é um plano alargado, mas que contempla em si toda a possibilidade de ir introduzindo vários planos dos quais poderemos falar também quando da apresentação do Plano.

Em função do realojamento de urgência, importa lembrar que também foi criado durante esta altura e nós fomos nisso um Município exemplar, tínhamos uma oferta que penso que poucos Municípios aqui na Área Metropolitana de Lisboa para esses casos, ficamos responsáveis pela Pousada da Juventude para o caso de doentes com COVID-19 positivo e não tinham condições de fazer o isolamento e que estiveram sempre na Pousada da Juventude. Fomos na linha da frente para conseguir que ao nível da Escola de Tecnologia no Alfeite. Almada tinha e tem ainda caso seja necessário, podem ser mobilizadas 100 camas disponíveis para o caso das pessoas com COVID-19 positivo e que devem ser isoladas. O Alfeite, aliás, está preparado para ser uma linha de apoio de toda a Área Metropolitana de Lisboa, pela sua dimensão e, portanto, estivemos lá justamente com o Senhor Ministro da Defesa e foi um trabalho conjunto, devo dizer-lhe com uma grande pressão da Câmara Municipal de Almada.

Relativamente à questão da realização de testes alargados às zonas problemáticas. Ainda hoje se debateu isto e inclusivamente com a Senhora Ministra da Saúde ao nível da Área Metropolitana de Lisboa e o Senhor Secretário de Estado Duarte Cordeiro que está a coordenar. Há uma questão que é importante, é também estabelecermos aqui uma informação que seja disponibilizada aos Municípios com uma georreferenciação para podermos localizar quando há um excesso de casos de numa só zona, nós sabemos que as pessoas não perderam os seus direitos, os seus direitos individuais, portanto, ninguém pode ir impor testes a quem não quer ser testado. Neste momento o que tem acontecido é que sempre que há um teste positivo e numa zona problemática e já aconteceu e de imediato foi possível tomarmos as medidas em coordenação com a Autoridade de Saúde, isolar as famílias como disse nomeadamente, na Pousada de Juventude, isolar de imediato famílias que não tenham condições. A questão dos testes sistemáticos, é importante, a Câmara Municipal de Almada faz

JK



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e está sempre pronta sempre que as autoridades de saúde o recomendam. A questão dos testes sistemáticos aos quais o Senhor Deputado Municipal João Galdes se refere e já começaram a ser feitos em Loures e Odivelas, pense que são esses casos a que se refere, onde de facto, tem havido surtos muito importantes, vai depender muito do podermos identificar a zona em causa e por razões sociais termos que intervir. São duas coisas diferentes. Só se fazem testes a partir de determinações da Autoridade de Saúde. Portanto, não vivemos num Estado ditatorial, vivemos numa democracia, portanto, assim que a Autoridade de Saúde considera que é importante fazer testes e temos feito todas as campanhas de testes sistemáticos, fazemos. Agora, não vamos é chegar lá porque as pessoas moram num bairro favorecido obrigá-las a fazer testes, se não houver razões para isso e se elas não o quiseram. É uma questão de respeito e de sentido democrático.

Relativamente aos transportes públicos. Ainda bem que reconhece o trabalho notável da Área Metropolitana de Lisboa, que é quem gere os contratos dos transportes públicos, posso-lhe garantir que tenho respondido ao seu desafio com o máximo afinco de exigir a reposição das carreiras e obviamente também todos os Municípios estão articulados para confrontar o Governo, para se conseguir que no mais breve espaço de tempo possível, se consiga colocar 100% do serviço. Esta tem sido a nossa posição de Almada e felizmente a nossa posição conjunta de todos os Municípios que é nesta união, a Área Metropolitana de Lisboa, somos dezoito, e felizmente temos conseguido sempre funcionar em conjunto e pressionar em conjunto. Temos um caso e não vou voltar a repetir, muito difícil na Península de Setúbal, por causa do monopólio, só estranho se há pessoa que lutou para que no próximo concurso não haja outra vez uma situação de monopólio e que pelo menos fossem criados lotes diferentes, garanto-lhe que fui eu.

A questão da violência doméstica. Não nos tem sido reportado nem ao nível da PSP, nem da GNR um aumento significativo. Não quer dizer que seja um bom sinal. Quer dizer que muitas vezes as pessoas estavam confinadas e a violência doméstica também estava confinada. E, portanto, não houve pelas Forças de Segurança e verificamos agora mesmo, seja com as associações, temos o mesmo número de casos em períodos homólogos, o que já são demais, um também já é demais. Mas, eu não estou descansada quando me dizem: “não, não, no início da pandemia até disseram baixou no confinamento”. E eu fico preocupada quando me dizem essas coisas, provavelmente quer dizer que estão escondidos e que nós não sabemos exatamente.

Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, a situação das pessoas que têm alta e não podem sair do hospital, eu devo dizer que, logo no início da pandemia houve, aliás, esse problema e os hospitais e o próprio Garcia de Orta, também apelou à nossa colaboração com a própria Segurança Social, até para poderem libertar espaços para doentes COVID-19. É uma realidade dos hospitais muito preocupante, voltamos sempre ao eterno problema, mas essa questão a Segurança Social também tem grandes responsabilidades a esse nível, se a Câmara Municipal conseguisse ter um parque habitacional como desejaria e com casas de emergência, obviamente que poria à disposição. Mas, infelizmente, às vezes não basta só a casa, às vezes há pessoas que não conseguem ter ninguém que lhes dê apoio. Como disse, as zonas mais vulneráveis ao nível da habitação, sempre que nos é reportado um caso seja em que zona for, mas nestes casos já tivemos e sempre que é necessário temos conseguido isolar as famílias que estavam nesses casos, algumas em casas, outras em bairros, outras nem sequer casas eram, mas isso temos conseguido indo fazer.

A época balnear. Nós já cortamos várias vezes o acesso integral por exemplo, à Fonte da Telha, porque a quantidade de carros era tão grande, neste momento, temos as obras, as obras atrasaram-se por razões que se prendem até na articulação com APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e ainda dúvidas sobre a transferência de competências, neste momento essas dúvidas estão absolutamente clarificadas, já temos as devidas declarações. Mas há males às vezes que vêm por bem e isso permitiu-nos também controlar um bocadinho a zona mais crítica neste momento que temos, nos últimos tempos tem sido a Fonte da Telha. Dito isto, continuamos a fazer e a nossa intenção é, o nosso areal é muito extenso, felizmente, felizmente temos praias muito grandes e se as pessoas caminharem eu estou convencida que conseguem manter sempre a distância de segurança. O nosso grande problema é de facto o acesso às praias e por isso tudo o que seja a sinalética antecipada em articulação com a APA, seja via aplicação, já estamos a colocar aquelas bandeiras sobre a quantidade de pessoas na praia, mas eu não acredito que nós venhamos a ter bandeiras vermelhas sobre a quantidade de pessoas na praia. Temos é quase sempre uma bandeira mais que



vermelha, vermelha sangue mesmo, na questão dos acessos e dos parques de estacionamento, pelo que estamos mesmo a trabalhar para limitar o número de carros nos parques de estacionamento.

Na Estrada Florestal também já foi estabelecida aquela linha amarela, e por enquanto as pessoas têm respeitado, porque como sabem, todo o estacionamento informal está proibido, isso é outro dos problemas dos nossos parques, porque todos os nossos parques são informais, portanto, é preciso formalizá-los e é esse trabalho que estamos a fazer até para permitir e dar aqui uma palavra de apreço à GNR e à Autoridade Marítima que têm tido um imenso trabalho nestes últimos tempos.

Só muito brevemente, dizer que partilhamos com o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, as preocupações, nesta questão da retoma económica, no cenário económico e social. Dizer que as igualdades no acesso às escolas, e as escolas em digital sabemos que essa é uma realidade, não apenas ao nível dos equipamentos, mas até do acompanhamento que várias crianças têm ou não conseguem ter em casa com os seus pais. E obviamente as comunidades mais frágeis também com menos graus de formação, são sempre as mais prejudicadas e é importante estarmos a estabelecer isso. Também já estamos a ver se montamos um programa rapidamente de apoio particular àquelas crianças até porque como estiveram em casa e cujos pais não conseguiram acompanhar tanto, não ganharem aqui um grande atraso.”

#### 7.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma breve nota e até porque a discussão parece que está mais ou menos no final, para dizer também, que o dia 2 de março foi dia em que a Organização Mundial de Saúde decretou a COVID-19 como uma pandemia à escala mundial e pouco depois, no início de março, aliás no dia 2 de março nós tivemos os primeiros casos em Portugal. E no dia 11 de março, nós tivemos as primeiras respostas tomadas pela Câmara Municipal de Almada. Ou seja, ao fim de pouco mais de uma semana, tínhamos medidas postas em prática para começar tudo aquilo que foi o grande esforço dos últimos meses, para fazer face a esta pandemia. É obvio, que é preciso ressaltar e faz sentido neste momento também que o façamos, a excepcional prova de cidadania que todos os cidadãos almadenses, aliás, à semelhança com aquilo a que assistimos um pouco por todo o país, com o facto de se terem mantido nas suas casas, de se terem mantido confinados e que isso tenha também ajudado a que hoje os números da COVID-19 estejam minimamente estabilizados. Sabemos também que com o desconfinamento o número de casos com certeza aumentará, isso aconteceu nos últimos dias, aquilo que é preciso, aquilo que é fundamental, é que esta doença seja mantida num nível que nos permita retomar as nossas atividades, atividades como aquela que nós temos aqui hoje, a Assembleia Municipal de Almada que reúne presencialmente, e que reúne bem. Mas, há uma coisa que também já todos percebemos, é que esta pandemia para além de um problema de saúde pública que foi mais ou menos evidente, traz uma série de outras vítimas no seio da nossa sociedade, temos os portugueses e os cidadãos que estão em situação de desemprego, temos os pequenos e médios empresários, que ficaram sem as suas empresas, temos os idosos que durante meses e que até muitos deles hoje em dia não conseguem estar com as suas famílias, temos os agentes da cultura que vivem hoje uma situação particularmente difícil, entre tantos outros. Sabemos que em Portugal os números de desemprego já ultrapassam os setenta mil novos desempregados. E, portanto, é evidente, que a carência das famílias de todos os portugueses, das famílias almadenses e até diria as carências por todo o mundo, têm aumentado e aumentarão. Ou seja, a seguir a esta crise pandémica, a seguir a esta crise sanitária, nós teremos com certeza uma crise económica sem precedentes, uma crise social que vai ser de difícil ataque. Será, porventura, a crise das nossas vidas. Mas, aquilo que também nos parece evidente, é que a Câmara Municipal de Almada está de parabéns por aquilo que tem sido a resposta que pôde dar ao longo destas semanas que decorreram desde que esta crise económica também se manifestou e desde logo está de parabéns pela criação deste plano “Almada Solidária”, que a Câmara Municipal de Almada, já aqui hoje, que a Senhora Presidente da Câmara, aliás, já aqui hoje detalhou. Estamos a falar de um investimento de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros), até 2021 e de três programas que são fundamentais nesta fase: o “Almada Emergência”, o “Almada Próxima” e o Almada Cuida”. Eu gostava só de salientar algumas das questões que me parecem fundamentais e que fazem parte deste programa. Como o alojamento, as refeições, os bens alimentares, a higiene pessoal, o apoio psicossocial, o



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

acolhimento de pessoas em situação de sem abrigo, as mercearias sociais, o apoio alimentar, a possibilidade de acesso a balneários para permitir higiene pessoal, o estaleiro municipal que foi disponibilizado nos seus eletrodomésticos, os seus móveis foram disponibilizados para prestarem condições de reutilização e trazia aqui um sem fim de medidas que de facto, a Câmara Municipal tomou ou está a tomar para fazer face a esta pandemia.

Da mesma forma, foram tomadas medidas complementares para que em Almada o Movimento Associativo, sentindo como é obvio e não há ilusões sobre esta questão, todos nós sentiremos os efeitos desta crise, todos sentimos. Agora, aquilo que a Câmara Municipal tem feito e bem, é garantir que nenhuma coletividade tenha que fechar portas em virtude daquilo que são as dificuldades de angariação de receitas que naturalmente existiram durante este tempo. E este apoio excede, este apoio excederá ou situa-se no 1.600.000.00€ (um milhão e seiscentos mil euros), para evitar este mesmo encerramento de associações do Concelho.

Ao mesmo tempo, e parece-me fundamental quando falamos de políticas, que devem proteger aqueles que são os cidadãos mais vulneráveis, a Câmara Municipal assegurou um conjunto de protocolos para garantir o pagamento de salários aos monitores das atividades de enriquecimento curricular, as atividades de apoio à família, do apoio às refeições escolares e às atividades desportivas. Ou seja, todas estas pessoas que trabalham para a Câmara Municipal de Almada, mantiveram integralmente os seus rendimentos independentemente daquele que era o seu vínculo ao nosso Município. E, portanto, se nós hoje conseguimos perceber que em Almada os efeitos desta pandemia foram atenuados e que as consequências sociais e económicas, têm vindo a ser atenuadas, isso deve-se em grande parte à atuação do nosso Município e à atuação da Câmara Municipal de Almada.

E depois queria também ressaltar um ponto que me parece evidente. Durante o período em que não foi possível nós fazermos estas reuniões, a Câmara Municipal de Almada esteve sempre disponível, para reunir com todos os partidos, para reunir com todos/as os/as Deputados/as Municipais, para prestar esclarecimentos a esta casa, no sentido também de todos compreendermos e todas as forças políticas poderem compreender e fazer parte das soluções que eram construídas ao longo destas semanas, e, portanto, isso demonstra, assim como o trabalho que foi desenvolvido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela Mesa da Assembleia Municipal, no sentido de manter todos nós Deputados/as Municipais em Almada ao corrente de tudo aquilo que se passava e pudéssemos perceber tudo o que estava a ser feito, isto demonstra que durante este tempo ou aliás, foi uma boa demonstração que a democracia não esteve suspensa e que em Almada a democracia não esteve suspensa e que os órgãos eleitos continuaram a funcionar como o fizeram até aqui. E, portanto, o desafio que temos pela frente, todos sabemos, é enorme, porque grande parte das consequências daquilo que vivemos só as sentiremos mais à frente nas nossas vidas, mas o que é facto, é que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal pode-nos deixar a todos descansados e sabemos que este plano durará até 2021 e portanto, todos sabemos que a crise não se ultrapassará de hoje para amanhã, mas em conjunto com aquilo que são as medidas que estão a ser tomadas pelo Governo da República para fazer face ou para potenciar o relançamento da economia, aqui em Almada isso está também a ser feito e parece-me que mantendo aquilo que tem sido o espírito de união que tem presidido aos órgãos autárquicos deste Concelho, com uma ou outra exceção, mas fundamentalmente dando esta nota.

Este tempo é um tempo em que os partidos políticos, os agentes políticos devem unir em torno daquilo que é verdadeiramente importante e deixar aquilo que muitas vezes quem está lá fora não compreende que são as discussões mais pequeninas da ação política. É importante que todos os partidos se unam, que todos os partidos trabalhem em conjunto e que continuemos a fazer o trabalho que tem vindo a ser feito pela Câmara Municipal de Almada, no sentido de apoiar aqueles que são os almadenses mais frágeis a superar esta crise.

E, portanto, queria dar os meus parabéns à Senhora Presidente da Câmara Municipal, a todo o executivo e estendê-los também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela atuação dos órgãos democraticamente eleitos em Almada durante este período, estendendo naturalmente também às Uniões de Freguesias dos nossos territórios.”

**7.2.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):**



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Todos nós sabemos que esta questão pandémica, provavelmente estará longe de estar terminada. No fundo estamos a navegar um pouco no desconhecido, ou seja, ouvimos a própria Organização Mundial de Saúde, num dia dizer que era provável que não houvesse uma segunda vaga e no dia a seguir falar que poderia haver uma segunda vaga mais violenta até do que esta primeira.

Relativamente aquilo que foi feito, e a todos os apoios que foram atribuídos e que estarão para atribuir, eu entendo que todas as verbas alocadas não são um gasto, são sim um investimento, nas pessoas, no comércio local, na economia ao nível nacional, portanto, acho que é importante que se consiga chegar cada vez mais ao apoio às pessoas, às empresas, à economia. Ainda sim, e nós sabemos que esta situação foi uma situação de emergência e que houve necessidade de haver uma intervenção imediata sobre o desconhecido, neste momento já temos algum conhecimento relativamente ao vírus, relativamente ao seu comportamento, e relativamente às necessidades. E a minha questão concreta, tem a ver com aquilo que podemos fazer para a prevenção de uma eventual segunda vaga. Há uma questão aqui no Concelho que me preocupa bastante que tem a ver com a época balnear. Não porque entenda que nós almadenses ou os portugueses em geral, sejam inconscientes, mas de facto, nós vamos ter um aumento muito significativo de pessoas no nosso Concelho, vamos ter provavelmente um aumento muito significativo de pessoas na frente urbana, que ainda por cima é a mais pequena, mas onde muitos portugueses não têm hipótese porque necessitam de transporte público e é ali que vão desembocar, e vamos ter muita gente de fora e de dentro e a possibilidade porque há vírus em circulação, a possibilidade de contaminação existe, é real e é algo com que nos devemos preocupar. Nessa medida, acho que é importante ter conhecimento relativamente aquilo que se pode prever porque neste momento já é possível prever, para prevenir um impacto forte de uma eventual segunda vaga. Nomeadamente relativamente às pessoas, relativamente aos apoios que têm ou que podem ser necessários, mas também queria fazer uma sugestão porque não me sentia bem comigo própria se não o fizesse, já o fiz numa das reuniões que tivemos com a Senhora Presidente da Câmara Municipal por zoom, mas eu acho que é importante. E sendo muito rápido e explicando muito rapidamente aquilo que está na minha mente, em Harlem na Holanda, antes mesmo de ser registado o primeiro caso, foi possível perceber a circulação do vírus através da análise efetuada às águas residuais. Isso é tanto mais importante, porque neste momento, as faixas etárias de maior incidência aqui na zona de Lisboa e Vale do Tejo, são a faixa etária entre os vinte e os quarenta anos, muitas vezes assintomáticos e havendo essa análise é possível perceber a carga de vírus virulenta que existe em circulação e é provável também ter uma noção não exata porque isso é impossível, mas aproximada sobre qual a parte do território que está a ter uma circulação maior desse vírus. Havendo capacidade nas nossas ETAR, aquilo que pergunto e se como medida de prevenção poderá ser adotado algo do género? Ou seja, fazer análise na entrada e na saída das nossas águas residuais para se perceber se há ou não circulação de vírus maior do que aquela que são os registos oficiais. E isto é um instrumento fundamental também de ajuda à Autoridade de Saúde, porque permite também ter uma noção disto mesmo que estava a dizer. Portanto, mais uma vez e entendendo como sugestão ou como questão, se há possibilidade de fazer isto e se eventualmente pode ser algo que possa ter pernas para andar?

Relativamente às outras mediadas preventivas, eu acho que é muito importante neste momento começarmos a trabalhar com algum tempo para efetivamente estarmos mais preparados, pelo menos de uma forma mais consciente, com mais resiliência para atacar numa eventual segunda vaga.”

**7.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU solicitou o uso da palavra novamente, na sequência de uma resposta que a Senhora Presidente da Câmara Municipal nos deu e também da intervenção do Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, apenas para dizer o seguinte: a orientação de testar, testar, testar, na situação em que vivemos, é uma orientação da Organização Mundial de Saúde, e da Direção Geral de Saúde. A Organização Mundial de Saúde é a Organização Mundial e a Direção Geral de Saúde é a Instituição do Estado Português, que gere as questões de saúde em Portugal. Por isso, nós não acreditamos que a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves,

JK



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

considerem a Organização Mundial de Saúde e a Direção Geral de Saúde antidemocráticas. Não são seguramente organizações antidemocráticas, por isso insistimos na pergunta. Quando é que se pensa testar, testar, testar, exatamente como o Senhor Primeiro Ministro anunciou na sequência do Conselho de Ministro do dia 29 de maio passado, e também anteontem na Assembleia da República no debate quinzenal, na Assembleia da República com os Grupos Parlamentares. A questão do testar, testar, testar, não pode ser, nós não aceitamos que seja considerada como uma posição antidemocrática, porque como a Senhora Presidente da Câmara Municipal aqui disse, que impor a testagem a quem não quer, é uma atitude antidemocrática. Não é. Testar, testar, testar, numa situação destas, é aquilo que todas as organizações no âmbito da saúde mundiais e nacionais aconselham a que se faça.”

### 7.2.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Responder ao Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, que há pouco não respondi sobre as ciclovias.

Uma das coisas que temos feito é que todas as obras que temos construído, preveem um espaço ciclável. Nem sempre pode ser a ciclovia nos termos exatos, mas é um espaço ciclável em segurança e essa é uma constante de todas as obras praticamente que estamos a fazer.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa, agradeço a sugestão, depois precisaríamos, certamente de apoio dos cientistas para saber o que é que se faz com essa informação. Não sei, tem que se estudar. Nós aqui somos muito humildes e fazemos exatamente o que as autoridades de saúde nos dizem, sejam elas Organização Mundial de Saúde, sejam elas as autoridades locais.

Portanto, mais uma vez, eu peço desculpa Senhor Deputado Municipal João Geraldês, mas às vezes eu não entendo. Se eu quiser agora, não posso ir ter consigo, nem que seja com um médico e enfiar-lhe um pau no nariz, se não houver uma determinação da saúde a dizer que o Senhor tem que ser testado. Não posso. Não posso. Dito isto, eu volto a dizer-lhe, o que está a ser trabalhado e pensado, e sempre que há uma determinação da saúde, nós testamos, testamos, testamos, testamos. Temos feito milhares de testes. Portanto, a questão aqui nem se põe. Agora, não vou é arranjar um laboratório privado qualquer, bater à porta das pessoas, abrir a porta e dizer: “agora vou testa-lo à força”. Isso não existe. Eu volto-lhe a dizer, o que está aqui em causa é, podermos ter uma informação georreferenciada, perceber em articulação com a saúde se há um foco, se há um foco particularmente preocupante. Ou seja, se começam a surgir muitos casos numa zona ou num bairro, e a partir desse momento, juntamente com as autoridades de saúde, mais uma vez, fazer uma determinação para que as pessoas sejam testadas. Agora, o Município sozinho só faz testes quando a saúde nos diz que é preciso testar, seja ele um bairro, seja ela uma empresa, seja ele um parque de campismo, seja o que for. Temos estado sistematicamente inclusivamente, a alargar. Seja a uma empresa, a alargar, estamos sempre disponíveis para fazer todo o apoio, agora testar estamos todos de acordo. Testar, testar, testar. Importa é ter também a consciência de uma coisa. O teste é uma fotografia do dia, tem a validade que tem. E, portanto, é preciso não é só testar. É testar, e ter uma solução imediata assim que chegam os resultados e é isso que temos feito em todas as ocasiões. Apanhamos dois surtos em dois lares, que aconteceram extraordinariamente e felizmente. Há um dado importante que eu quero também partilhar com os Senhores/as Deputados/as Municipais, eu acho que há uma informação, que todos nós portugueses e nos Municípios também temos que ter, quando olhamos para os números de cada um dos nossos Municípios, temos o acumulado. É importante poder passar a ter também a informação dos ativos. Porque nesse acumulado, há pessoas que já não estão. E é evidente que no acumulado aquilo está sempre a subir, a subir a subir. Permita-me que lhe diga, e estas situações podem mudar de um dia para o outro, portanto, isto não é estar aqui a dizer, somos melhores que os outros, não é nada disso, porque nós sabemos que com a época balnear, pode mudar de um dia para o outro. Mas, no último mês, somos o terceiro Município que menos subiu em número de casos. Menos subiu. E porquê? Porque acho que conseguimos, em articulação, volto a dizer, com a saúde, ter uma resposta rapidíssima. Assim que há um caso, testamos, é preciso tomar medidas, isolamos, afastamos, protegemos. Agora, volto a dizer, Senhor Deputado Municipal João Geraldês, se quiser eu faço o teste consigo. Amanhã contrato um laboratório privado, vou bater à sua porta e eles enfiar-lhe um pau no nariz; não se faz.”



**7.2.3** – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por encerrado este ponto da Ordem do Dia.

**7.3** – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas. Medidas de apoio à Economia Local”;

**7.3.1** – Para apresentação da proposta usou da palavra o Senhor Vereador João Couvaneiro;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que aqui é trazida é a proposta de submeter à Assembleia Municipal a ratificação de uma proposta já aprovada em reunião de Câmara e aprovada por unanimidade, que consubstancia um conjunto de apoios que a Senhora presidente da Câmara elencou na sua intervenção inicial, de apoios que temos procurado prestar à economia local e eu aproveitaria para dizer que no essencial desta proposta, ela para além de ter sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, ela foi também no essencial consensualizada com os Senhores/as Presidentes de Junta de Freguesia, porque algumas destas taxas que aqui nos vamos referir, têm impacto direto também naquilo que é a receita das Freguesias e por isso é um esforço que é não só do Município como um todo, mas também das Freguesias e por isso eu queria começar por destacar aqui o compromisso que é um compromisso alargado não só do executivo municipal, mas também dos executivos das Juntas de Freguesia que consensualizaram estas medidas.

Portanto, a proposta que aqui é trazida é no sentido da ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal 124/2020, que determinou não só a abertura do procedimento de alteração ao Regulamento de Taxas, mas que também introduziu uma alteração a este Regulamento, que visou, e eu queria sistematizar, e leria aquilo que foi a norma transitória que foi introduzida que diz o seguinte: nos termos e para os efeitos do previsto nº 2, do presente artigo, ficam isentos do pagamento das taxas respetivas (e portanto, aqui é isenção, não é o adiamento de cobrança de taxa, é uma isenção efetiva) não carecendo reconhecimento a todos os factos que originassem o pagamento das taxas previstas nos pontos 4, 2, 3, do Regulamento de Taxas, o 4, 2, 3, diz respeito aos quiosques de venda de produtos alimentares, 4, 2, 6, que diz respeito a esplanadas fechadas fixas ou amovíveis, não integradas em edifícios, 4, 2, 8, que diz respeito a estruturas fixas ao sol ou inamovíveis de caráter duradouro destinadas também a atividades comerciais e as inscritas no ponto 5.2 que dizem respeito a taxas de venda a retalho ou por grosso em mercados municipais e 5.6 que diz respeito aos consumos elétricos destes mercados.

Portanto, esta proposta foi levada naturalmente a reunião de Câmara, foi publicada em Diário da República, porque a isso estamos obrigados e é aqui trazida também no sentido de propor a sua ratificação.

Eu aproveitava com a licença de todos, de dizer que, aquilo que estava inicialmente estimado na isenção destas taxas aproximava-se a uma verba de 74.000.00 (setenta e quatro mil euros), à volta disso. Portanto, é disto concretamente a que nos estamos a referir, como também o estudo que foi feito para além do montante desta isenção específica destas taxas, do estudo também do enquadramento legal de um conjunto de medidas que foram tomadas.

Aproveito para dizer que há ainda a crescer a estes montantes sob o ponto de vista de receita não arrecadada em função de isenções de taxas, ainda hoje uma outra medida de apoio à época balnear e porque isso foi aqui referido pela Senhora Presidente da Câmara, a prorrogação de licenças de prática desportiva nomeadamente com aquilo que são as licenças das escolas de Surf, de Kitsurf e destas atividades náuticas, e portanto, este conjunto somado de isenções ou de receita não arrecadada, ultrapassa os 116.000.00€ (cento e dezasseis mil euros) e é a expressão que aqui trazemos, como um sinal desta entre muitas outras medidas que foram implementadas para apoio à atividade económica.

Estarei disponível para algum esclarecimento que seja necessário, mas o essencial da proposta está apresentado.”

**7.3.2** – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum passou-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

*A Assembleia Municipal de Almada aprova a Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas, ao abrigo das alíneas b) e g), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a deliberação camarária de 6 de abril de 2020, e ratifica a produção de efeitos nos precisos termos nela previstos, ao abrigo do artigo 164º, nº 3 do Código do Procedimento Administrativo.*

**7.4** – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medidas de apoio de carácter social dos SMAS de Almada na sequência da pandemia de COVID-19”;

**7.4.1** – Para apresentação da proposta usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Salvado;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer também que é muito agradável estarmos aqui todos juntos apesar do afastamento, mas estar nesta sala emblemática do Concelho de Almada é também uma prova de que a democracia funciona e que aqui estamos todos a continuar aquele trabalho para o qual fomos eleitos e todos nós gostamos.

Sem vos maçar muito, dizer o seguinte: durante este período, que foi um período um pouco complicado e principalmente no início, porque tal como a Senhora Presidente disse, foi necessário manter sempre todos os serviços operacionais. Não foi fácil em termos de gestão dos recursos até da situação de teletrabalho, mas houve logo desde de início uma grande preocupação da nossa parte e no caso dos SMAS, de ter atenção aqui a várias situações que foram acontecendo inclusive dos atendimentos, de processos, alguns que naturalmente tiveram alguns atrasos, porque depois os serviços também tiveram que se adaptar a esta nova realidade. No entanto, de todas as medidas que foram tomadas, e eu de uma forma até não vos querendo maçar dizer-vos o seguinte: no dia 20 de abril em reunião de Câmara, foram aprovadas quatro medidas, algumas delas que começaram logo em vigor assim que a pandemia foi decretada e isto é importante, porque a deliberação de Câmara aconteceu a 20 de abril, mas passo a citar: primeira, adiamento do pagamento das faturas em emissão por um período de três meses, neste caso abril, maio e junho 2020; segunda, o cancelamento de ações coercivas neste período com cortes de água, execuções fiscais por atraso no pagamento até ao fim de junho de 2020; terceira, todos os munícipes ou beneficiários da tarifa social, cujo o prazo para renovação da mesma terminaria nos meses de março, abril e maio, estão automaticamente abrangidos e renovados até ao final de junho de 2020, o tarifário social inclusive, como é habitual, pode ser requerido por todas as famílias com carência económica ou pelas famílias numerosas, aqui também houve um cuidado dos serviços de tentar analisar todos os processos que havia, todos os pedidos com maior celeridade ainda; e a quarta medida com maior destaque, foi a isenção do pagamento das faturas em emissão durante os meses de março, abril e maio de 2020, a todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e às Corporações dos Bombeiros do Concelho de Almada, com base nos valores médios dos anos 2019, 2020.

Estas quatro medidas no caso dos cortes, e não só, a partir do momento e como já referi, que a pandemia foi decretada, imediatamente os serviços pararam. Por isso, até à aprovação delas e estamos aqui a falar quase de um prazo de um mês, os nossos serviços ao fazerem isso, imediatamente também a dinâmica habitual mudou.

Em relação a esta medida de isenção das IPSS e das Corporações, só para terem uma ideia, e dados que nós temos internos, vai ser uma medida à volta dos 45.000.00€ (quarenta e cinco mil euros). Isto é, é um apoio que o Município, os SMAS, dão a estas IPSS e às Corporações que tiveram sempre como todos nós sabemos na linha da frente do combate e é um esforço também que os serviços fazem. Claro que a isto também temos que somar a outras verbas. Há aqui verbas que nós mais tarde iremos vos mostrar e iremos refletir também nas Prestações de Contas que vão ser feitas, mas na verdade estas verbas são um investimento, mais uma vez também nesta área que o Município faz no Concelho.

Todas estas situações foram analisadas, até de forma jurídica, procuramos fazer até um comparativo daquilo que eram apoios também que estavam a ser tomados no Distrito e também nalguns pontos dos países apesar de haverem realidades bastante distintas, até porque nós temos um serviço municipalizado que tem autonomia em relação ao próprio Município, em relação à Câmara Municipal, e eu acho e até sentimos isso até pelo contacto, por toda a dinâmica que foi criada, que as pessoas perceberam, as pessoas usaram, vamos ser francos,



houve já várias pessoas que tiveram infelizmente situações de desemprego etc., de vir aos serviços e de pedir apoio, eu acho que também foi feito aqui um esforço importante por parte dos SMAS.

Para terminar, só dizer o seguinte: deixar aqui uma palavra a todos os funcionários, aqui particularmente dos SMAS, da Câmara Municipal naturalmente também, mas falando agora dos SMAS, que foram de uma dedicação tremenda, principalmente as equipas operacionais que estiveram sempre no terreno, porque tivemos todos, aqueles constrangimentos que todos vocês sabem e que todos conhecem e a Câmara municipal também os teve, pessoas que por motivos de saúde, por motivos de ordem diversa, eram doentes, são doentes, eram doentes de risco, eram casos complicados, e que obviamente tiveram que ficar em casa e de facto, a gestão que teve que haver e também a sobrecarga que teve que haver sobre alguns profissionais, foi tremenda. E a verdade é que nós nunca tivemos problemas, tivemos algumas ruturas graves, mas conseguimos sempre dar a volta, mesmo em períodos de crise mesmo em períodos complicados, foi possível dar a volta e isso é fruto de trabalho dos nossos profissionais.

Por isso deixar aqui mais uma vez, uma palavra a todos eles, nós desde o início juntamente com a Câmara Municipal garantiu-se sempre que havia todas as condições de segurança, mesmo quando no mercado havia falta de algum tipo de equipamento e houve uma altura que houve falta, porque não havia no mercado, por exemplo, alguns tipos de EPI – Equipamento de Proteção Individual, não havia, e foi necessário recorrer a outros fornecedores, a outros locais e foi possível e conseguimos, e muitas vezes até recorriam a nós como chegou a acontecer e nós também tentávamos disponibilizar dentro do nosso stock e eu acho que isso é muito importante também salientar porque foi um esforço imenso. Só para terem uma noção, a nossa preocupação foi de tal maneira que foi necessário e por precaução a certa altura, criar uma duplicação de alguns serviços. Eu dou-vos só um exemplo também para não vos maçar muito, que teve a ver com o nosso sistema de telegestão e de controlo do sistema de distribuição da água do Concelho de Almada. Nós temos esse sistema centralizado e sediado já há muitos anos na estação de Vale de Milhaços, e por decisão nossa, do Conselho de Administração, juntamente obviamente com os nossos técnicos, criamos uma segunda central de gestão no Cassapo, porque poderíamos ter algum problema de alguma das nossas equipas estar contaminada, ter um caso positivo de COVID-19 e não poderíamos comprometer obviamente o serviço. E inclusive estas equipas trabalhavam completamente autónomas, nem se encontravam umas com as outras obviamente, para não haver problemas de contágio. Isto é apenas um exemplo daquilo que foi necessário fazer nalguns setores até para duplicar, para evitar caso houvesse contaminação de algum lado ou de algum sítio nós continuarmos a assegurar o trabalho. Eu acho que é isto, é muito importante, porque é graças a eles que felizmente conseguimos chegar aos dias de hoje, superar também isto e agora obviamente continuar o caminho.”

7.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum passou-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada aprova as medidas de apoio de carácter social dos SMAS de Almada na sequência da pandemia de COVID-19, ao abrigo da alínea k), do nº2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a deliberação camarária de 20 de abril de 2020, e ratifica a produção de efeitos nos precisos termos nela previstos, ao abrigo do artigo 164º, nº 3 do Código do Procedimento Administrativo.*

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revogação do Plano Municipal de Emergência Social”;

7.5.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira;

7.5.1.1 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

**Esta proposta que vem aqui para aprovação desta Assembleia Municipal e que foi aprovada em reunião de Câmara Municipal e que tem a ver com a revogação do Plano Municipal de Emergência, que foi aprovado em**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**2015. Este Plano Municipal de Emergência foi aprovado em 2015, no quadro da crise que vivíamos nessa altura, portanto, com objetivos muito claros e fez o seu caminho e cumpriu o seu papel, ao longo destes anos que mediamos entre 2015 e agora a altura em que estamos, já vínhamos analisando os relatórios e já estava prevista e analisada a hipótese desta revogação e da substituição por um outro plano, a pandemia e as situações que se viveram, aceleraram esta nossa estratégia mais de encontrar de facto, um plano municipal mais abrangente, que rentabilizasse mais recursos do território, que evitasse em alguns casos, duplicação de apoios e portanto, teríamos que revogar um para depois poder aprovar o outro, que como veremos iremos a seguir analisar, e portanto, aquilo que vos propomos é que este Plano de Emergência Social que foi aprovado em 2015, possa ser revogado. Foi isso que foi aprovado em reunião de Câmara, e é sujeito agora a esta Assembleia Municipal para essa revogação.”**

**7.5.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum passou-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:**

### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada aprova a revogação do Plano Municipal de Emergência Social, ao abrigo da alínea g), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a deliberação camarária de 7 de maio de 2020, e ratifica a produção de efeitos nos precisos termos nela previstos, ao abrigo do artigo 164º, nº 3 do Código do Procedimento Administrativo.*

**7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal Almada Solidária 2020-2021”;**

**7.6.1 – Para apresentação da proposta usaram da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara;**

**“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;**

Como eu aludi na proposta anterior, a revogação do Plano Municipal de Emergência Social que tinha sido aprovado em 2015, fez o seu caminho, teve relatórios anuais, entendeu-se que já estávamos na preparação de uma abordagem mais abrangente e esta proposta que agora aqui trazemos que é o Plano Municipal Almada Solidária é exatamente a resposta a essa abordagem que se entendeu mais abrangente. Já o disse há pouco, repito, pretende ser uma maior rentabilização dos recursos existentes no território, articular, não serem exclusivas aquelas entidades que eram um protocolo que operacionalizava o Plano Municipal de Emergência Social que acabamos de revogar. E, portanto, aquilo que pretendemos com este Plano Municipal Almada Solidária, é que ele seja de facto um plano municipal, que seja uma matriz de trabalho, para diferentes programas e linhas de intervenção que respondam a todas as situações de emergência que já existiam e que foram sabemos todos, muito agravadas por esta pandemia.

Queria dizer-vos que este Plano Almada Solidária, materializa-se em quatro programas, o programa “Almada Próxima”, o programa “Almada Cuida” e o programa “Almada Emergência”. Estes diferentes programas têm em si diferentes linhas de intervenção, que vão das lojas e mercearias sociais ou Estaleiro Municipal, ao apoio alimentar que já esteve em pleno desenvolvimento durante este tempo, ao balneário e oficina social, o “Plano Almada Cuida” traz farmácias sociais, resposta complementares de saúde e o cartão municipal em linha de apoio ao cidadão e “Almada Emergência” com respostas sociais e emergentes e medidas complementares de apoio às associações e coletividades.

Não nos limitamos em reunião de Câmara em que aprovamos este Plano Almada Solidária, aprovar um plano vazio sem nenhuma medida, as medidas terão que ser aprovadas paulatinamente, à medida que vão sendo construídas, até porque todas elas articulam com a nossa rede social e com as entidades que estão no terreno, e isto exige uma logística, mas logo na mesma reunião em que Plano Almada Solidária foi apresentado, foram aprovadas duas propostas que concretizavam já algumas linhas, a primeira foi o apoio ao Banco Alimentar que no momento era uma linha de necessidade absoluta devido ao aumento enorme das carências alimentares, aprovamos também um protocolo com a Associação Dignidade para o lançamento das farmácias sociais que na próxima reunião de Câmara acabará de ser concretizado com o protocolo com as farmácias que já aderiram,



que são elas que vão operacionalizar. E como me fizeram a pergunta eu aproveitei para esclarecer, não tem nada a ver com medicamentos fora de prazo ou outra coisa parecida. Não. São as próprias farmácias que através de uma metodologia que se encontrou com a Associação Dignidade, vão à sua farmácia que é aderente e que serão divulgadas para o apoio na compra dos medicamentos. Eu disse isto porque me foi feita esta pergunta na altura neste sentido.

Aprovou-se logo também nessa reunião o apoio complementar às associações e coletividades, que faz parte da linha “Almada Emergência”, está em desenvolvimento a logística para a criação do Estaleiro Municipal, é uma medida que requer algum tempo e alguma logística, mas está em preparação essa medida.

Relativamente à Emergência no acolhimento às pessoas em situação de sem abrigo, prolongamos durante algum tempo o apoio no Liberdade, o espaço existente, mas temos em desenvolvimento e logo que o Liberdade termine, teremos uma resposta duradoura e com mais valências. Esta é de noite, vamos ter a vertente de dia e muito mais importante para mim, porque dar de comer é importante, acolher é importante, mas muito mais importante é o desenvolvimento de projetos de vida das pessoas que passaremos a ter numa situação mais duradoura naqueles espaços.

Aprovamos na última reunião de Câmara também já no âmbito deste Plano Almada Solidária a reconfiguração e a Senhora Presidente da Câmara já referiu, da linha de emergência que deixou de ser uma linha de emergência para as questões de emergência do COVID-19, e passou a ser uma ponte e passará a ser já está em funcionamento desde o dia 2 de junho, uma ponte permanente entre o município e o Município, com as entidades que operacionalizam as respostas, para qualquer situação de emergência seja ela qual for. Portanto, sabemos que a comunicação nestas matérias e muitas vezes a ignorância de onde se pode recorrer leva a que muitas situações não sejam, não cheguem sequer, não sejam atendidas porque nem sequer são conhecidas, e, portanto, a comunicação aqui é fundamental e Almada passará a ter uma linha de emergência para qualquer situação de emergência seja ela de que natureza for.

Depois existam os cartões que também já foram aludidos e o cartão que tem a ver com a prática de atividades. E relativamente a isto queria apenas e saindo um bocadinho do Plano Almada Solidária, mas se a Senhora Presidente e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitem dizer ao Senhor Deputado Municipal Artur Alfama que, relativamente ao subsídio de risco, Almada juntamente com outros Municípios e no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, vem pugnando e estamos convencidos que temos aqui uma grande janela de oportunidade em sermos autorizados em atribuir aos nossos trabalhadores, que eu acho de uma enorme justiça, primeiro porque são pessoas que desempenham as suas tarefas numa situação que nós todos sabemos difícil e penosa e que se torna ainda mais injusta quando sabemos que há Municípios, o Município de Lisboa e do Porto, que o têm. Eles passam a vida, eu atravesso Vale Figueira eles dizem: “mas porque é que os outros têm e nós não temos?” Têm toda a razão, têm toda a razão e é de profunda justiça e estou convencida que o Governo vai ser sensível e que teremos a oportunidade de o fazer.

Quero só para terminar. Eu tenho vários pelouros, mas tenho dois que foram daqueles que neste momento de crise tiveram de facto, um peso muito grande de intervenção. Falo do Departamento de intervenção Social concretamente, enfim todas as mediadas que foram postas no terreno foram muitas delas, não digo todas, mas muitas delas, o apoio alimentar, o apoio dos cabazes, todas aquelas medidas que foram elencadas, o apoio social, foram desenvolvidas pelo Departamento de Intervenção Social, eu quero aqui prestar esse louvor aos trabalhadores da Intervenção Social e como não podia deixar de ser aos trabalhadores da Higiene Urbana e principalmente aos trabalhadores da recolha, que mesmo em situação às vezes de muita dificuldade, tivemos e quero aqui deixar uma palavra de apreço aos dirigentes desse Departamento, porque tiveram que fazer uma gestão difícil, difícil, mas com muita sensibilidade, com muita sensibilidade social, fazendo rotação de equipas, fazendo tudo o que foi possível para proteger os nossos trabalhadores, mas manter sempre um serviço que era absolutamente fundamental, que era o serviço público de recolha dos resíduos urbanos, sem o qual com certeza teríamos uma situação de saúde pública muito grave.”

**7.6.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostava de salientar nesta questão do plano Almada Solidária que, a nossa prioridade foi criar aqui planos de ação, que fossem para além da questão da emergência pontual. Criar aqui planos e programas que tivessem alguma continuidade. Desde o início nós sabíamos que tínhamos duas frentes de batalha, uma era a emergência imediata, a resposta e quero deixar aqui também uma palavra de agradecimento a todas as Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia da Costa da Caparica, sei que partilharam connosco estes tempos difíceis dessa necessidade imediata de responder e responder aos nossos munícipes. Era essencial e desde o início os serviços o fizeram, criar programas e de pensar um bocadinho a médio e longo prazo. Duas das linhas deste plano do Almada Solidária também já estavam a ser trabalhados, que era o Almada Cuida e o Almada Próxima, onde passaria também obviamente a questão do Almada Emergência, no sentido de acolher também o Plano de Emergência Social, mas é evidente que nestes últimos tempos de repente o Almada Emergência ganhou aqui uma dimensão muito grande.

Quero dizer que o plano Almada Solidária se organiza até por ser uma questão transversal e sobretudo ao nível da emergência como um grande centro de custos, que vai corresponder a variadíssimos Departamentos, medidas de estímulo à economia entram nesse plano, para além obviamente das respostas sociais como é evidente. Tudo o que somos obrigados a mobilizarmos para estimular e proteger seja as pessoas, seja também a nossa economia, o nosso comércio local, por exemplo, isso também vai entrar nessa lógica, sempre numa tentativa de racionalização ao máximo. A questão do cartão que estamos a trabalhar é um cartão simultaneamente que estimula o comércio local, mas que também pode ser fornecido a quem precisa de apoio alimentar, por exemplo, eu acho que é preciso dar e é preciso dar respeitando ao máximo a dignidade das pessoas, e, portanto, quanto mais autonomia dermos também aqueles que precisam do nosso apoio melhor, e, portanto, a ideia é ter aqui uma interação entre os vários serviços para uma boa razão, é para podermos ser mais eficazes.

Portanto, é nesse sentido que queria dar aqui esta palavra e a Senhora Vereadora Francisca Parreira, até porque vivemos estes três meses em muito contacto, porque tive que assumir também funções na Proteção Civil e já que todos estão a falar dos trabalhos dos seus setores e certamente a educação também já agora, vou me fazer porta voz de todos os serviços que tanto se mobilizaram e permitam-me dar aqui também uma palavra à pequena equipa que esperamos venha a ser reforçada em breve, da nossa Proteção Civil que também foram meses muito intensos, duros, e é comovente, e quero deixar aqui uma mensagem muito clara, com gente de tanta fibra, tanta coragem, tanta educação e persistência como aquela que temos na Câmara Municipal de Almada, o futuro afigura-se muito mais sorridente.”

**7.6.2 –** No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Geraldês (CDU), José Rocha (BE), Ivan Gonçalves (PS) a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara.

**7.6.2.1 -** O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, já aqui nos disse hoje por duas vezes, que esta proposta é uma sucedânea do Plano Municipal de Emergência Social que acabamos de revogar na proposta anterior. No entanto, a proposta que agora apreciamos, resume-se na verdade ao enunciar de um conjunto de princípios e de vontades, que integra três programas é certo, mas que não nos diz qual é a sua programação, nem nos diz qual é o calendário concreto das intervenções a concretizar no âmbito daqueles três programas e do Plano em geral, para além do intervalo temporal constante da sua epígrafe.

Para além disto, a proposta que nos é presente, não inclui também qualquer programação financeira, não referindo nem montantes, nem as rubricas orçamentais que irão suportar as intervenções concretas a realizar.

A CDU entende, que se trata por isso, uma proposta insuficiente e incompleta. Não será inviabilizada pelo nosso voto, mas também não podemos acompanhá-la na íntegra. A proposta como está, que nos é presente, pode ser tudo, mas pode ser igualmente nada. Facto que justifica o voto de abstenção da CDU, reservando-nos uma



tomada de posição eventualmente distinta quando e se forem apreciadas e decididas nesta Assembleia Municipal, ações e intervenções concretas no quadro deste Plano.”

**7.6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Deixar aqui algumas notas sobre o ponto em discussão.

Entendemos nós de facto, há muito que Almada precisa de um plano de intervenção social robusto, bem financiado, que afete um grande número de destinatários e que dê de facto, uma resposta adequada às emergências sociais do nosso Concelho.

Dito isto, consideramos que o Plano que nos é apresentado, é ainda pouco claro em certas áreas que julgamos serem fundamentais. É um Plano que terá de ser necessariamente mais forte e combativo, para enfrentar a enorme crise que inevitavelmente se avizinha.

Há décadas que a questão da habitação se vem destacando pelos piores motivos, hoje são mais de oito mil pessoas que aguardam por habitação que lhes dê a dignidade que merecem. Infelizmente, não se deslumbra uma solução para este problema que é uma das maiores calamidades sociais do nosso Concelho e que se tem vindo a agravar nos últimos anos.

Uma outra contrariedade não menos relevante do que o problema da habitação, tem a ver com as inúmeras dificuldades que os munícipes de Almada sentem na deslocação para os seus locais de trabalho. Os milhares de almadenses que dependem dos transportes públicos, deparam-se todos os dias com a insuficiência de horários, com má qualidade de transportes, enfim, com um péssimo serviço que lhes é apresentado. Com o corrente processo de desconfinamento, são já muitas as queixas dos utentes relativamente à lotação e às condições de segurança existentes, que exacerbam os riscos para a saúde pública. É por isso, fundamental que o executivo que governa esta autarquia adote uma posição firme relativamente à qualidade dos serviços prestados pelas empresas concessionadas. Para o Bloco de Esquerda, Almada terá de mais cedo do que tarde, defender um operador público de transporte rodoviário, para que a população deixe de estar nas mãos dos interesses dos operadores privados que tal como as leis do mercado exigem, colocam o lucro acima de tudo. Temos por outro lado o aumento do desemprego e a diminuição dos rendimentos, que são dois motivos estruturais que contribuem e muito para o agravamento da situação social difícil e bastante preocupante no Concelho. Tivesse existido um esforço para a resolução deste problema e Almada teria sem dúvida outras condições para dar resposta a esta crise pandémica.

Para além destas carências básicas na vida dos almadenses, agravadas com a pandemia, também os setores associativos artísticos e culturais do nosso Concelho, vivem tempos muito difíceis e terão necessariamente de ter apoios à medida das suas necessidades. Da mesma forma a economia social não menos prejudicada, precisará de muito apoio.

Posto isto, e tendo em conta o ponto de partida ainda pré pandemia, a Câmara Municipal de Almada, tem que estar preparada para enfrentar as dificuldades que se avizinham. Este projeto aqui apresentado, é no fundo, uma intenção. O Bloco de Esquerda mostra-se favorável a esta intenção e não a de que ainda não conhece. E como sempre temos afirmado, não passamos cheques em branco.

Estamos ainda muito longe do tempo dos elogios, existem demasiadas pessoas a passar grandes dificuldades no nosso Concelho para que a Câmara Municipal se possa dar por satisfeita.

Por isso, relembramos aqui a necessidade de auscultação daqueles que foram mais atingidos pela crise, bem como dos destinatários das medidas que virão a fazer parte do projeto Almada Solidária. As associações desportivas, as associações de moradores, os grupos e companhias culturais, o comércio e economia local, têm de ser ouvidos. O Bloco de Esquerda não deixará de avançar com propostas próprias para responder aos anseios da população, esperamos naturalmente e contamos com a abertura, para haja uma construção conjunta de políticas que possam melhorar a vida dos almadenses.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 7.6.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar ser breve. Tal como disse a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, isto é um plano e são linhas de ação e que já estão a ser concretizadas, eu não vou relembrar todas aquelas medidas que já foram aqui ditas, sejam ao nível dos medicamentos, seja o reforço ao nível do apoio alimentar, seja inclusivamente neste reforço que também já está previsto ao nível da linha de emergência, e já porque falaram das coletividades, 200.000.00€ (duzentos mil euros) é uma coisa muito concreta. Eu sinceramente já não aguento a desinformação sobre essa matéria que se vem juntar de facto, ao apoio que esta Câmara e que este executivo tem dado a todas as associações e coletividades ao nível de todas as transferências. E para que não restem mais dúvidas e para que não se continue a enganar os almadenses, permitam-me que vos diga entre 2015 e 2019, os apoios a associações e coletividades de toda a índole, o apoio a todo o Movimento Associativo é o mesmo universo que nós calculamos. Imaginem, nós somos acusados de estar a cortar, aumentamos o apoio em 46/%. E este ano, até meio do ano, com todas as dificuldades e ainda com o Regulamento de Apoio Municipal aberto e a decorrer ao nível da sua apreciação, já distribuimos um total de 2.597.451.00€ (dois milhões quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um euro). As associações de comerciantes têm sido ouvidas, as entidades têm sido ouvidas, os apoios têm sido dados. Portanto, já chega de virem para esta Assembleia Municipal e sobretudo para as redes sociais, dizer factos que não são comprovados, que não têm base nenhuma e só porque sim, porque decidiram que este executivo era contra qualquer movimento, que era contra a sociedade civil, as associações e as coletividades. Portanto, fixem bem este número, em 2015 e 2019, o aumento dos apoios atribuídos é de 46/%. Portanto, Senhores/as Deputados/as Municipais, podem vir dizer como dizem sempre, que nós só anunciamos coisas e não o fazemos, mas depois os números estão aqui. E foi exatamente o mesmo universo dos apoios que atribuímos.

Relativamente à questão da habitação, todos nós sabemos o drama da habitação, todos nós estamos na luta para a questão da habitação, todos nós temos feito, eu devo dizer que somos dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que mais avançou seja ao nível do acordo com o IHRU, seja no seu Plano Municipal de Habitação, que também tem que ser concretizado agora em projetos mais pequenos, mais concretos e mais operacionais. E, portanto, se há uma matéria em que este executivo se tem empenhado é, quando nós apresentamos um plano geral, e isto é novidade em Almada, porque realmente não acontecia muito, apresentavam-se grandes planos que depois não eram aplicados. Imediatamente estamos a trazer propostas para a sua operacionalização. E é o caso aqui do Plano Almada Solidária. Para o comércio local como digo, quando tivermos finalizada a proposta terei todo o gosto de vir apresentá-la.”

### 7.6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu talvez me tenha entusiasmado um pouco na primeira intervenção ao saudar aquilo que é o espírito que me parece que devia presidir à atuação de todos os partidos nesta fase.

Em primeiro lugar, porque dizer-se ou criticar-se um programa de ação ou um plano de ação, com a crítica de ele é um plano de ação, não deixa de ser caricato. Porque como é obvio, antes de se pôr mãos à obra, é preciso delinear qual é que é a estratégia, definir quais é que são as verbas que vão ser atribuídas e a partir daí concretizar. Eu não sei como é que queríamos construir a resposta do Município a esta crise, se calhar era ao contrário. Não faço ideia não consigo de facto perceber.

Agora, quando se compreende que, e a Senhora Presidente da Câmara já o explicitou, o Movimento Associativo está a ser apoiado e foi apoiado de forma reforçada, perante esta crise, embora já o estivesse a ser ainda antes desta mesma crise. E quando nós ouvimos dos responsáveis do Município dos últimos quarenta anos, falar daquele que é o problema da habitação do nosso Concelho, não deixa de ser estranho. Porque os problemas de habitação do nosso Concelho, não nasceram nos últimos dois anos. E não deixa de ser uma enorme incoerência à qual nós já estamos habituados, porque quanto mais nós nos aproximamos das eleições, parece que mais a irresponsabilidade toma conta dos discursos dos agentes políticos deste Concelho. Infelizmente é uma



tendência que eu achava e confesso talvez pela minha ingenuidade, que esta crise sanitária tivesse feito abrandar. Mas aquilo que, depois de termos discutido no primeiro ponto a resposta do Município à crise, de não ter nessa resposta à crise, pelos vistos, entendi eu que a resposta tinha sido mais ou menos unânime, que o Município tinha tido uma resposta que foi ao encontro daquilo que eram as necessidades do Concelho, virmos agora, não com críticas específicas a nenhuma medida, mas de facto, críticas e processos de intenções, aquilo que eventualmente poderia ou não poderiam ser estes programas de apoio. A Senhora Presidente e a Senhora Vereadora já o detalharam, o Plano Almada Solidário, é um Plano completo, com certeza não abrangerá todas as necessidades que vão existir dos almadenses, das empresas, das coletividades, mas necessariamente é uma primeira resposta que poderá ser dada e que será dada durante os próximos meses e que vai ao encontro daquilo que são as competências que o Município tem. Porque o Município de Almada, que durante mais de quarenta anos pelos vistos aquilo que nos era dito, e era dito a todos, era que tudo aquilo que acontecia de mau neste Município era da responsabilidade do Estado Central, de repente, o Município passa a ter na visão de algumas forças políticas desta Assembleia Municipal passa a ter capacidade de resolver todos os problemas do dia para a noite, como se ignorássemos tudo aquilo que foi a inação durante mais de quatro décadas. Almada é um dos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, que mais habitações precárias tem e já tinha e é uma vergonha. É obvio que é. Mas eu diria que há pessoas ou Deputados Municipais, ou há representantes de certas forças partidárias neste Município que antes de falar sobre este assunto, deviam pôr a mão na consciência e perceber aquilo que não fizeram durante mais de quarenta anos para resolver os problemas da habitação no Concelho de Almada.

E, portanto, mais uma vez, e nós não queríamos deixar de o frisar, a Câmara Municipal de Almada está de parabéns, está de parabéns por este investimento, está de parabéns por este investimento num cenário que é de absoluta incerteza, porque nós não sabemos como é que serão as condições financeiras dos Municípios, não sabemos como é que serão as condições financeiras do Estado nos próximos anos, o clima em que todos vivemos é de enorme incerteza e ainda assim, a Câmara Municipal de Almada, aloca 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) para a resposta à emergência, para este plano e necessariamente e sabemos que é assim porque é isso que também nos tem vindo a ser transmitido pela Câmara Municipal a todos os partidos em todas as reuniões que podemos ter feito ao longo deste período, é obvio que estas medidas são sempre reavaliadas e que em função daquilo que são as necessidades elas vão sendo aprofundadas, para que, lá está, mitiguemos aqueles que são os problemas que resultam desta crise.”

#### **7.6.2.5 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há coisas que me custam ouvir e não responder. Eu estava a dizer à Senhora Presidente da Câmara que um dia destes fazemos uma discussão sobre habitação, porque é um drama. A habitação para mim é um drama. E não gosto nem nunca gostei de justificar dificuldades minhas com culpas alheias, não gosto, não o faço, mas para que todos fiquemos a falar a mesma linguagem, e percebamos porque é que é difícil dar passos seguros na habitação, eu ia pedir que um dia fizéssemos uma reunião em que ficasse tudo claro e que se percebesse a dificuldade que há em sair da situação que temos com a situação que herdamos, e eu volto a repetir, não justifico dificuldades próprias com culpas alheias, mas para que fiquemos todos conscientes do caminho difícil que está a ser feito e que há de ter Senhor Deputado Municipal, há de ter resultados, Não tão rápidos como todos gostaríamos mas há de ter e eu deixo aqui este repto para uma próxima Sessão sobre habitação, onde todos possamos perceber sem demagogia a dificuldade da situação que temos pela frente.”

**7.6.3 –** Não havendo mais pedidos de palavra e verificado quórum passou-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa, e 14 votos de abstenção, dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, através da seguinte deliberação:



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada aprova o Plano Municipal de Almada Solidária 2020-2021, ao abrigo da alínea h), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a deliberação camarária de 7 de maio de 2020, e ratifica a produção de efeitos nos precisos termos nela previstos, ao abrigo do artigo 164º, nº 3 do Código do Procedimento Administrativo.*

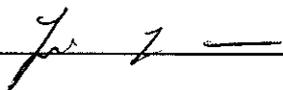
**8** – Tendo-se terminado a agenda, sendo cerca das 00h 15m, deu-se por concluída a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de junho de 2020.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, Tiago Galveia e Luís Filipe Pereira.

**10** - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de 2 Senhores Múncipes.

**11** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO

\_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA

\_\_\_\_\_